



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA

LEON OLIVEIRA TELES

**JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE
SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA
(ECOTERRA)**

ERECHIM

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* ERECHIM**
CURSO DE AGRONOMIA

LEON OLIVEIRA TELES

**JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE
SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA
(ECOTERRA)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado, como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof^o. Dr. Márcio Freitas Eduardo

ERECHIM

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Leon Oliveira Teles
JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA
ANÁLISE SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E
AGROECOLOGIA (ECOTERRA) / Leon Oliveira Teles . -- 2025.
75 f.:il.

Orientador: Prof°. Dr. Márcio Freitas Eduardo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Agronomia, Erechim,RS, 2025.

1. Juventude Rural. 2. Agroecologia. I. Eduardo,
Márcio Freitas, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

LEON OLIVEIRA TELES

**JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE
SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E
AGROECOLOGIA (ECOTERRA)**

Trabalho de conclusão de curso de
graduação apresentado como requisito para
obtenção de grau Bacharel em Agronomia na
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

04/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO FREITAS EDUARDO**
Data: 07/07/2025 15:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo – UFFS

(orientador)

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO ANTONIO FINATTO**
Data: 07/07/2025 14:17:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto – UFSC

(membro)

Documento assinado digitalmente
 **VALDECIR JOSE ZONIN**
Data: 07/07/2025 14:36:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS

(membro)

Documento assinado digitalmente
 **LEON OLIVEIRA TELES**
Data: 07/07/2025 15:11:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leon Oliviera Teles

(discente)

Erechim/RS, 2025

JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA (ECOTERRA)

RESUMO

A sucessão rural refere-se à transição e gestão das propriedades e unidades de produção agrícolas de uma geração para a próxima, esse processo é crucial para garantir a continuidade das práticas agrícolas e a manutenção da terra e da vida. Este trabalho tem por finalidade a análise da sucessão rural dentro da agroecologia, explorando suas motivações, incentivos, desafios e as causas do êxodo rural entre os jovens. A atuação das associações no campo da agroecologia é fundamental para a permanência dos jovens no meio rural, oferecendo alternativas que tornam a produção agroecológica de alimentos mais atraente e compensadora. Isso contribui para a promoção de uma alimentação mais saudável em nosso país. A associação ECOTERRA, situada no município de Três Arroios, no norte do Rio Grande do Sul, promove a agroecologia e desenvolve um trabalho há mais de 20 anos junto às famílias agricultoras com foco para a organização para produção e para a comercialização de alimentos orgânicos. Este estudo visa levantar e analisar dados sobre a sucessão rural, focando na participação da juventude envolvida nessa associação. O trabalho adotou uma abordagem qualitativa de pesquisa, permitindo compreender tanto os aspectos favoráveis quanto os desafios enfrentados no processo de sucessão rural, demonstrando que, apesar das dificuldades, a sucessão é possível e viável.

Palavras-chave: Juventude rural, associações, agroecologia.

**JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL NA AGROECOLOGIA: UMA ANÁLISE
SOBRE A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA
(ECOTERRA)**

ABSTRACT

Rural succession refers to the transition and management of agricultural properties and production units from one generation to the next. This process is crucial to ensuring the continuity of farming practices and the preservation of land and rural life. This study aims to analyze rural succession within the context of agroecology, exploring its motivations, incentives, challenges, and the causes of rural youth migration. The role of associations in the field of agroecology is fundamental to enabling young people to remain in rural areas, offering alternatives that make agroecological food production more attractive and rewarding, thereby contributing to the promotion of healthier diets in the country. The ECOTERRA association, located in the municipality of Três Arroios, in northern Rio Grande do Sul, has been promoting agroecology and working with farming families for over 20 years, focusing on the organization of production and the commercialization of organic food. This study seeks to gather and analyze data on rural succession, with a focus on the participation of young people involved in this association. The research adopted a qualitative approach, allowing for an understanding of both the favorable aspects and the challenges involved in the rural succession process, showing that despite the difficulties, succession is both possible and viable.

Keywords: Rural youth, associations, agroecology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01 - Mapa da Região do Alto Uruguai Gaúcho, em destaque o município onde está situada a sede da associação ECOTERRA | 17 |
| Figura 02 - Mapa sobre a distribuição dos produtores orgânicos no Rio Grande do Sul | 28 |
| Figura 03 - Pavilhão da ECOTERRA, parte interna | 39 |
| Figura 04 - Pavilhão da ECOTERRA: Vista parcial da produção <i>in natura</i> | 42 |
| Figura 05 - Tabela com dados da área dos entrevistados | 52 |
| Figura 06 - Maquinários e equipamentos adquiridos..... | 59 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 01 – Distribuição demográfica por faixa etária do trabalho “ <i>Agroecologia na América Latina: construindo caminhos</i> ” | 29 |
| Gráfico 02 – Grau de participação e empoderamento dos/as jovens | 31 |
| Gráfico 03 – Interesse dos/as jovens em continuar trabalhando com agricultura agroecológica | 33 |
| Gráfico 04 – Informações sobre identidade de gênero entre os/as associados/as..... | 50 |
| Gráfico 05 – Formação e experiência profissional dos/as associados/as | 51 |
| Gráfico 06 – Fatores decisivos para a permanência na agroecologia..... | 57 |

LISTA DE SIGLAS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIOT – Código Identificador da Operação de Transporte
CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico
DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
ECOTERRA – Associação Ecoterra de Agroecologia
ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
FBB – Fundação Banco do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer (ou Questionando), Intersexuais, Assexuais (ou Agênero), “+” representa outras identidades de gênero e orientações sexuais não contempladas pelas letras anteriores.
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDF-e – Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OPAC – Organização Participativa de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS – Rio Grande do Sul
SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG – Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. OBJETIVOS | 16 |
| 2.1 Objetivo geral | 16 |
| 2.2 Objetivos específicos | 16 |
| 3. METODOLOGIA | 17 |
| 3.1 ÁREA DE ESTUDO | 17 |
| 3.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS | 18 |
| 3.3 ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS JUNTO COM SETOR ADMINISTRATIVO, ASSOCIADOS E JOVENS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS | 18 |
| 3.4 ANÁLISE JUNTO A ASSESSORIA TÉCNICA DO CETAP | 19 |
| 4. REFERENCIAL TEÓRICO | 20 |
| 4.1 SUCESSÃO E EXODO RURAL | 20 |
| 4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL | 22 |
| 4.3 AGROECOLOGIA | 26 |
| 4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS | 33 |
| 4.5 A ASSOCIAÇÃO ECOTERRA | 38 |
| 5. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS DA ECOTERRA | 42 |
| 5.2 QUESTIONÁRIO JUNTO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA ECOTERRA | 44 |
| 5.3 ESTUDOS DE CASO COM A SUCESSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NA ASSOCIAÇÃO ECOTERRA | 49 |
| 5.3.1 Área de Produção das Unidades Familiares | 51 |
| 5.3.2 Composição Familiar nas Unidades de Produção | 52 |
| 5.3.3 Motivações para a Opção pela Sucessão Familiar na Agricultura Agroecológica | 53 |
| 5.3.4 Dificuldades e Resistências na Sucessão Agroecológica | 53 |
| 5.3.5 Contribuições da Associação ECOTERRA na Decisão de Continuar na Agricultura Familiar Agroecológica | 54 |
| 5.3.6 Perspectivas sobre o Futuro da Sucessão Agroecológica na Família | 55 |
| 5.3.7 Indicativos sobre a Produção de Alimentos Orgânicos como Oportunidade de Realização Pessoal e Financeira | 56 |
| 5.3.8 Fator decisivo para a sua escolha em permanecer na agricultura familiar agroecológica | 57 |
| 5.3.9 Sugestões para Fortalecer a Agroecologia e Incentivar a Sucessão na Agricultura Familiar | 58 |
| 5.4 Perspectiva da assessoria técnica do CETAP | 58 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 65 |

1. INTRODUÇÃO

A sucessão geracional na agricultura familiar, seja ela convencional ou orgânica e/ou agroecológica, é um tema muito debatido e que ainda necessita de mais atenção. Por razões multifatoriais, o Brasil tem vivenciado um crescente envelhecimento da população rural. Com esse cenário, os jovens têm papel fundamental em uma possível continuidade do trabalho no campo, seja na produção de alimentos ou em atividades rurais não agrícolas.

O termo "sucessão" refere-se à continuidade das atividades realizadas no estabelecimento familiar, independentemente da presença dos pais na unidade de produção. Envolve tanto a transferência do patrimônio quanto a manutenção da atividade profissional dos pais, ocorrendo quando as gerações mais antigas abrem espaço para as gerações mais novas assumirem protagonismo na gestão das unidades de produção familiares (Gasson; Errington, 1993). Contudo, o conceito de "sucessor" está ligado à ideia de dar continuidade ao projeto familiar, passar não só bens materiais, mas também técnicas de produção, dada a permanência do sucessor no estabelecimento ou unidade produtiva. Embora não a garanta plenamente, essa sucessão possibilita a preservação das atividades socioeconômicas e culturais nos grupos sociais aos quais esses jovens pertencem.

A temática da sucessão rural é abordada neste trabalho a partir de uma perspectiva que alia experiência prática e formação acadêmica. Proveniente de uma família de agricultores agroecológicos e com vivências diretas no meio rural, o autor reconhece a relevância do tema não apenas para o estudo de caso apresentado, mas também em sua trajetória pessoal, por estar inserido, de forma concreta, nas dinâmicas e desafios da sucessão no contexto da agroecologia.

O êxodo rural tem gerado cada vez mais preocupações ao longo do tempo, tanto na academia (como tema de pesquisa) quanto nas instituições políticas, especialmente em relação à saída precoce dos jovens do campo, o que leva ao envelhecimento contínuo da população rural e coloca em risco o futuro da produção agrícola e a ocupação das áreas rurais. No passado, ter muitos filhos era visto como uma forma de manter a atividade nas propriedades rurais familiares, fornecendo mais trabalhadores e aumentando a mão de obra disponível para as atividades. No entanto, essa realidade mudou. Os padrões sucessórios tradicionais, amplamente discutidos na literatura, já não se aplicam da mesma forma no contexto atual (Pollnow; Velleda, 2021).

No âmbito deste estudo, a abordagem da sucessão na agroecologia fornecerá os elementos a serem discutidos ao longo do trabalho, com foco nas análises sobre as condições de

permanência dos jovens e com relação às possibilidades ou não de sucessão no trabalho com a agroecologia. Embora o termo agroecologia seja frequentemente relacionado apenas à produção de alimentos orgânicos, ele engloba questões muito mais amplas.

Agroecologia é uma abordagem inovadora que integra princípios ecológicos e sociais na prática agrícola, visando criar sistemas de produção orgânicos, sustentáveis, resilientes e em equilíbrio com a natureza (Altieri, 1987). Diferente dos modelos convencionais de agricultura, que muitas vezes dependem intensivamente de insumos químicos e técnicas mecanizadas, a agroecologia valoriza a biodiversidade, o conhecimento tradicional e as interações entre plantas, animais e o ambiente. Além disso, também atenta para questões sociais, incluindo temas como juventude e sucessão geracional, reforçando seu compromisso com a justiça social.

Para além de promover práticas agrícolas que preservam e regeneram os bens naturais, a agroecologia também fortalece as comunidades rurais, contribuindo com a construção da soberania alimentar e da justiça social (Altieri, 2012). Ao incorporar aspectos culturais, sociais e ecológicos, a agroecologia busca transformar o sistema alimentar global, tornando-o mais sustentável e capaz de enfrentar os desafios climáticos e econômicos cada dia mais presentes. Contudo, mesmo apresentando-se como uma alternativa à produção convencional, enfrenta, igualmente, desafios quanto às questões sucessórias.

Diante desse contexto, este trabalho propõe-se a investigar a sucessão rural no âmbito da agroecologia, buscando compreender o perfil etário dos produtores agroecológicos, as possibilidades concretas de sucessão no meio rural e os fatores que influenciam a permanência dos jovens no campo, como motivações, incentivos e desafios enfrentados. A base empírica da pesquisa será constituída pela análise do perfil dos agricultores vinculados à Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA), sediada no município de Três Arroios, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Além disso, o estudo pretende examinar o papel das ações promovidas pela associação, em articulação com outras organizações, no fomento à sucessão rural agroecológica.

A ECOTERRA, criada formalmente no início dos anos 2000, é uma organização sem fins lucrativos e uma referência no trabalho com a agroecologia no norte do estado. Atualmente, conta com cerca de 100 famílias associadas. Muitos agricultores da região praticam a agroecologia, grande parte em função do apoio proporcionado pela associação para a produção agroecológica, bem como, das dinâmicas de comercialização desenvolvidas e ampliadas nos últimos 15 anos. Aproximadamente metade das famílias agroecológicas do Núcleo Alto Uruguai, certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia, fazem parte da ECOTERRA. A presença dessa organização é, portanto, fundamental para o fortalecimento da agroecologia na

região, pois, sem a estrutura associativa, a agroecologia torna-se mais vulnerável e, conseqüentemente, o processo de sucessão geracional nas atividades rurais também é enfraquecido, comprometendo a continuidade e sustentabilidade da prática agrícola de base agroecológica.

O associativismo é uma abordagem fundamental na agroecologia para incentivar práticas agrícolas sustentáveis e para a construção de redes de apoio entre os produtores rurais e organizações da agricultura familiar (Guzmán, 2014). Essa forma de colaboração faz com que os pequenos agricultores e comunidades rurais se articulem para compartilhar conhecimentos, experiências, viabilizar recursos e a própria certificação dos sistemas orgânicos de produção, fortalecendo a capacidade de enfrentar desafios comuns e implementar soluções inovadoras. Diante disso, a atuação das associações no campo da agroecologia é fundamental para a permanência dos jovens no meio rural, oferecendo alternativas que tornam a produção agroecológica atrativa para esse público.

Os incentivos provenientes do associativismo trazem aos jovens não só segurança, mas motivação e uma visão positiva para permanecerem no campo, produzindo e levando seus projetos de vida e de trabalho adiante. A sucessão rural, conforme ressalta Cardoso (2021) é vital para manter a agricultura familiar viva e dinâmica. Sem ela, corremos o risco de perder o conhecimento campesino que sustenta muitas de nossas práticas agrícolas e formas de organização social no campo, a exemplo do associativismo e do cooperativismo.

A história de criação da ECOTERRA está atrelada a organização dos agricultores para enfrentamento de problemas deflagrados com a ação de agroindústrias integradoras (como as de suínos, aves e de produção leiteira) e as oscilações dos preços de mercado, intensificadas nas décadas de 1980 e 1990. O associativismo e a aposta na agroecologia foram fortalecidos como projetos para a sustentabilidade ecológica e a segurança econômica dos agricultores familiares. A partir de 1997, expandiram suas práticas pela região do Alto Uruguai e Passo Fundo, consolidando um sistema que não só produzia alimentos orgânicos, mas garantia um preço justo aos produtores, evitando as flutuações do mercado convencional (Entrevista pessoal, 2024).

A associação também faz parte do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia (Eduardo et al., 2020), um sistema de circulação e de comercialização de alimentos que articula regiões com aptidões produtivas a lugares com importantes demandas por alimentos agroecológicos. O Circuito Sul envolve mais de 1.600 famílias e diversas associações, cooperativas e organizações de assessoria que atuam em diferentes etapas entre a produção e o consumo final (CETAP, 2020). A diversidade produtiva é uma tônica nesse processo. Somente na Estação-Núcleo da Ecoterra/RS, em 2020,

foram escoadas aproximadamente 35 toneladas de alimentos orgânicos semanalmente e o planejamento produtivo para o ano de 2022 considerou 80 itens produzidos pelas famílias da associação, incluindo alimentos in natura e processados (CETAP, 2020).

Este estudo aborda a agroecologia enquanto alternativa viável diante de questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem a juventude rural — com destaque para o êxodo rural e a saída precoce dos jovens do campo. Busca-se estabelecer uma conexão entre esses temas por meio de uma investigação direta com o público-alvo, visando compreender as motivações, os incentivos e os fatores que contribuem para sua permanência nas atividades rurais. A pesquisa também propõe refletir sobre o processo de sucessão geracional na agricultura familiar, analisando em que medida a agroecologia pode representar uma estratégia eficaz para fortalecer a presença da juventude no meio rural.

Em outras palavras, busca-se investigar como a agroecologia pode abrir caminhos para manter jovens na atividade agrícola e garantir a continuidade da agricultura familiar, que tem sido marginalizada pelo modelo dominante do agronegócio. Segundo Graziano da Silva (2023), para a agroecologia prosperar, a sucessão rural deve incluir a formação de jovens agricultores em técnicas de manejo sustentável e em práticas que respeitem a biodiversidade. Também é essencial promover políticas públicas que apoiem a permanência dos jovens no campo, oferecendo infraestrutura, acesso ao crédito e expansão de mercados para os produtos agroecológicos. Somente assim será possível garantir que a agricultura do futuro seja resiliente e justa.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de sucessão na agricultura familiar agroecológica pelos associados à Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA).

2.2 Objetivos específicos

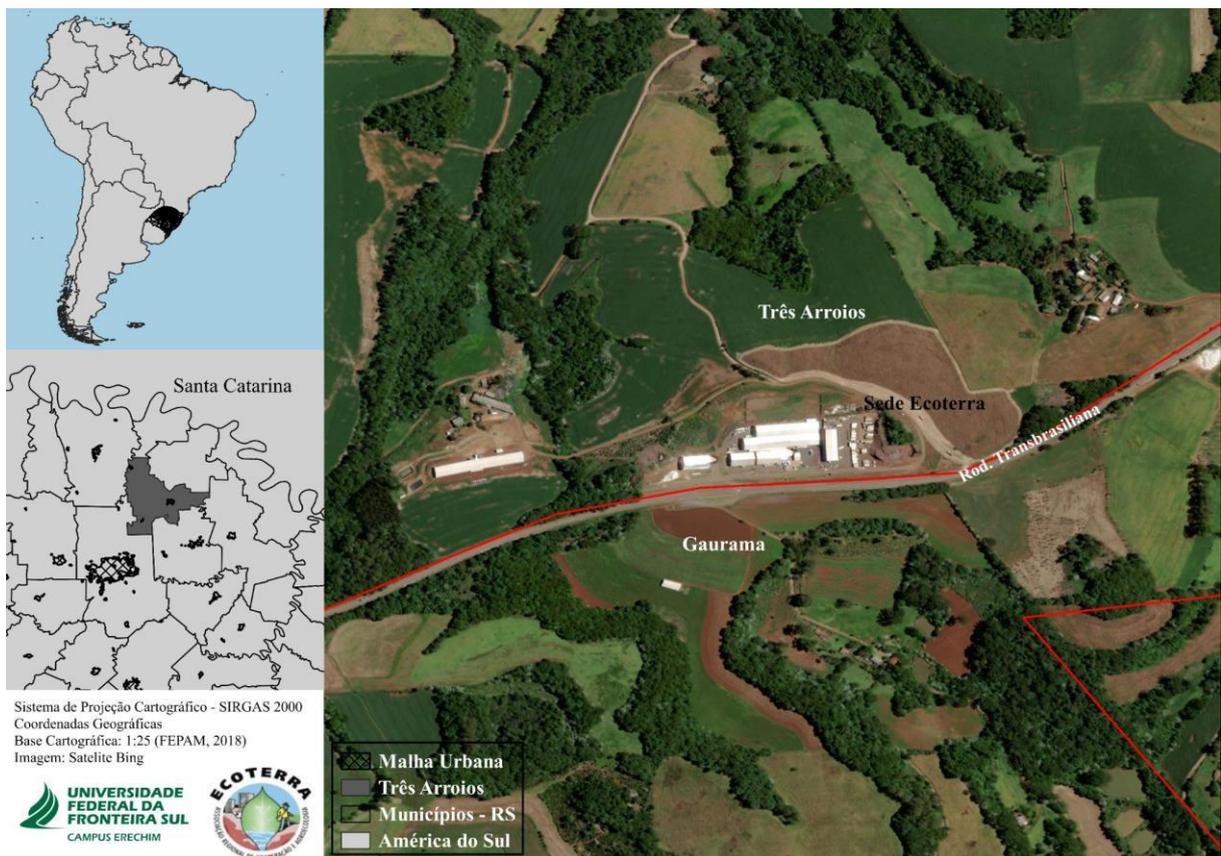
- Analisar o Perfil Etário dos Associados da ECOTERRA
- Investigar as Possibilidades e Fatores Influenciadores da Sucessão na Agricultura Familiar Agroecológica da ECOTERRA.
- Avaliar a atuação da ECOTERRA Frente à Composição Etária e Desafios Sucessórios na Agroecologia Regional.

3. METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo qualitativo será realizado no norte do estado do Rio Grande do Sul, na região denominada Alto Uruguai Gaúcho, abrangendo os municípios onde estão localizados, predominantemente, os agricultores associados à ECOTERRA, cuja sede está situada no município de Três Arroios, conforme indicado pelo mapa a seguir.

Figura 01: Mapa da Região do Alto Uruguai Gaúcho, em destaque o município onde está situada a sede da associação ECOTERRA.



Fonte: Produção cartográfica: Vitor Lopes, 2025.

3.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

O público da pesquisa são os agricultores agroecológicos da região do Alto Uruguai Gaúcho, associados à ECOTERRA, com idade entre 15 a 29 anos¹, que, conforme a Lei Federal nº 11.129/2005, orienta que para fins de políticas públicas, jovem é todo o brasileiro que se encontra nesta faixa etária. A amostra ocorreu diante uma pesquisa primária, diretamente com o setor administrativo da associação, fazendo uma análise e levantamento dos jovens agricultores familiares que residem ou interagem produtivamente com o estabelecimento agropecuário de suas famílias. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2024 e primeiro semestre de 2025.

3.3 ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS JUNTO COM SETOR ADMINISTRATIVO, ASSOCIADOS E JOVENS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS

Primeiramente, junto ao setor administrativo da associação, foi feita uma coleta e sistematização de dados levantando faixa etária dos componentes familiares, quantos se enquadram como jovens, se residem ou não da unidade produtiva, perfil etário dos componentes da associação, qual o número de jovens em situação de sucessão rural e qual a porcentagem de jovens vinculados à ECOTERRA onde existe a possibilidade ou não de sucessão na unidade de produção agroecológica da família. Essa pesquisa primária se deu por meio de entrevista e questionário semiestruturado junto a administração da associação de maneira presencial. Informações obtidas em visitas à associação, diálogo com grupos focais também foram usadas para o levantamento.

Para caracterizar como a associação tem atuado diante da realidade da composição etária e das questões sucessórias na agroecologia regionalmente e também apontar possibilidades e desafios referentes à sucessão na agricultura familiar agroecológica com base na realidade atual da ECOTERRA, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com questões a fim de levantar os dados necessários para a pesquisa e conhecer as perspectivas dos dirigentes da associação no que tange a questão da sucessão rural na agroecologia.

¹ Reconhece-se que há múltiplas formas de definir o conceito de juventude, que vão além de um recorte etário estritamente arbitrário. Aspectos socioculturais, históricos e territoriais influenciam essas diferentes compreensões, como destacam autores como Pa is (2003) e Dayrell (2003), ao tratarem a juventude como uma construção social marcada por experiências específicas de tempo, espaço e pertencimento. No entanto, essas distintas abordagens não constituíram o foco central desta pesquisa, que se concentrou em jovens agricultores familiares com base em critérios predominantemente etários e de inserção em contextos agroecológicos.

Em um segundo momento, foi realizado outro questionário com roteiro de entrevista semiestruturado, direcionado para casos de sucessão na agroecologia dentro da ECOTERRA, com jovens que permanecem, ou seja, casos específicos sucessórios onde se obteve “sucesso” e tal público permanece na atividade, a pesquisa contou com 6 participantes.

Com os dados primários levantados na fase inicial da pesquisa, conhecendo o número total de jovens associados, que permanecem ou não na atividade rural, foi possível a elaboração dos dois questionários qualitativos de entrevista semiestruturada. Por fim, será possível fazer uma análise da sucessão rural dos jovens na agroecologia associados à Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA).

3.4 ANÁLISE JUNTO A ASSESSORIA TÉCNICA DO CETAP

Por fim, foi realizada uma entrevista em formato virtual com a assessoria técnica do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), com o objetivo de entender o ponto de vista da instituição sobre os processos de sucessão rural e a permanência da juventude no campo. A escolha por esse recurso buscou captar relatos diretos de atores envolvidos com a assessoria de famílias agricultoras, permitindo um olhar mais aprofundado sobre os desafios e avanços relacionados à agroecologia, ao protagonismo juvenil e às barreiras culturais enfrentadas no meio rural. O conteúdo da entrevista foi transcrito e analisado como material qualitativo complementar à pesquisa.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 SUCESSÃO E ÊXODO RURAL

Entre 1960 e 1980, o êxodo rural no Brasil atingiu 27 milhões de pessoas, tornando-se um dos movimentos migratórios mais intensos no mundo (IPEA, 1999). Nos anos 1990, essa tendência continuou, e, caso as taxas de evasão rural observadas entre 1990 e 1995 se mantivessem, cerca de 30% da população rural de 1990 teria migrado para áreas urbanas até o final do milênio (IPEA, 1999). A partir dos anos 2000, o Brasil experimentou um aumento no êxodo rural, especialmente em áreas que enfrentavam dificuldades econômicas e sociais. O IBGE aponta que, entre 2000 e 2010, cerca de 20 milhões de brasileiros deixaram as zonas rurais, migrando para áreas urbanas (IBGE, 2010).

O Rio Grande do Sul, um estado com forte tradição agrícola, também enfrentou uma diminuição em sua população rural. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022, a população rural do estado continuou a cair em relação aos censos anteriores. Em 2010, a população rural representava cerca de 10,5% do total de habitantes, e, em 2022, essa porcentagem aumentou para aproximadamente 12,5%, com 1.359.872 habitantes vivendo no campo. Comparando com o Censo de 2000, quando a população rural representava aproximadamente 14,6% do total, a redução continua a refletir um processo de urbanização e mudança no perfil demográfico do estado, com uma crescente concentração da população nas áreas urbanas (IBGE, 2022).

Esse evento migratório foi impulsionado por diversos fatores, incluindo a mecanização agrícola, que reduziu a necessidade de mão de obra no campo, e a busca por melhores condições de vida nas cidades, onde havia maior oferta de empregos e serviços públicos. José Graziano da Silva (1999), fala sobre a modernização na agricultura de uma maneira conservadora, ou seja, um avanço que não favoreceu as especificidades das agricultoras de base familiar no Brasil e no RS. A falta de infraestrutura e oportunidades no meio rural para os agricultores familiares também contribuíram para esse deslocamento populacional (IBGE, 2006).

Graziano da Silva (1999), renomado especialista em desenvolvimento rural, utiliza o termo "modernização conservadora" para descrever o processo de modernização agrícola ocorrido no Brasil a partir da década de 1960. Esse processo, embora tenha introduzido avanços tecnológicos e aumentado a produtividade, manteve a estrutura fundiária concentrada e favoreceu principalmente os grandes produtores, em detrimento dos agricultores familiares.

No contexto do Rio Grande do Sul, estudos indicam que a modernização agrícola impactou negativamente a agricultura familiar. Muitos pequenos produtores não conseguiram acompanhar as inovações tecnológicas devido à falta de acesso a crédito e assistência técnica, resultando em exclusão econômica e social. Além disso, a ênfase na monocultura e a integração com complexos agroindustriais aumentaram a dependência desses agricultores de grandes empresas, comprometendo sua autonomia. O autor também aponta que a modernização da agricultura brasileira teve características excludentes, privilegiando grandes e médios produtores voltados para a exportação e integrados aos complexos agroindustriais, localizados predominantemente nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

O êxodo rural teve impactos profundos na configuração das cidades brasileiras, que experimentaram um crescimento urbano acelerado e desordenado, além de um aumento nas desigualdades sociais (IBGE, 2019). Tal fato ocorreu e ainda ocorre na intenção de buscar melhores condições de vida e emprego, tendo como uma das principais causas a expansão do agronegócio e das monoculturas.

A agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental na desaceleração do êxodo rural ao promover oportunidades econômicas e sociais para as comunidades locais. Além de gerar empregos no campo e garantir a produção de alimentos diversificados e outros serviços, ela fortalece o desenvolvimento sustentável das regiões rurais, contribuindo para a permanência da juventude e a preservação das tradições culturais. Dessa forma, a agricultura familiar não apenas combate a migração para áreas urbanas, mas também tem potencial para estimular a revitalização econômica e social das zonas rurais (Nunes, 2019).

Conforme mencionado por Froehlich *et al.* (2011), a migração de jovens, considerados a força produtiva do campo, para os centros urbanos resultou no envelhecimento da população rural. Esse processo tem se intensificado ao longo dos anos e a escassez de jovens no meio rural pode levar muitas unidades de produção ao declínio.

Segundo Castro (2008), o (a) jovem rural apresenta-se como um ator que reafirma sua identidade atuando por meio das organizações e movimentos sociais aos quais se sente representado, na luta por terra e por seus direitos sociais. Assim, a temática sobre a juventude rural atualmente passa a ser referenciada por considerar o (a) jovem como um ator que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais.

Para Coradini (2016), a sucessão familiar passa pela visão que os jovens têm do próprio futuro, partindo das avaliações e representações que eles têm sobre o universo rural e agrícola.

Desta forma, as políticas públicas direcionadas para os jovens e para as atividades que estes desejam seguir, servem de incentivo para a sucessão rural nas propriedades familiares.

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL

A agricultura familiar é vital para a economia do país e tem um papel importante no seu desenvolvimento (Abramovay, 2009). Para garantir sua continuidade, é crucial adotar medidas que ampliem e distribuam melhor a renda aos agricultores. Incentivar uma maior equidade social e apoiar sistemas de produção sustentáveis e que aumentem o valor agregado dos produtos pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento rural sustentável (Faccin e Schmidt, 2017).

Tal prática é crucial, seja pela grande capacidade de produção de alimentos, pelo importante índice de ocupação da força de trabalho (em relação à agricultura patronal), seja pelos serviços ambientais que realiza ou pelas suas potencialidades identitária-culturais (a preservação desse patrimônio é um catalisador para o turismo). Portanto, é essencial garantir a continuidade da agricultura familiar a fim de promover a segurança alimentar e nutricional, preservação cultural, conservação de bens naturais e desenvolvimento rural visando reduzir as desigualdades sociais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a agricultura familiar representa uma parte significativa dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul. Muitas dessas unidades são pequenas e médias, desempenhando um papel crucial na produção de alimentos e na manutenção das atividades agrícolas no estado. Os dados também apontam que no Rio Grande do Sul, 294 mil estabelecimentos (80,5%) são classificados como sendo de agricultura familiar, detendo 25,3% das áreas. Esse recorte é baseado em quatro critérios de acordo com a Lei 11.326 de 2006² (BRASIL, 2006):

- 1) o estabelecimento deve ter área de até quatro módulos fiscais;
- 2) utilizar, no mínimo, metade de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

² A definição de agricultura familiar pode variar conforme o contexto institucional, político e geográfico. No Brasil, o principal marco legal é a Lei nº 11.326/2006, que estabelece critérios objetivos como área máxima, uso de mão de obra familiar e origem da renda. No entanto, organismos internacionais, como a FAO, adotam definições mais amplas que consideram aspectos culturais, sociais e ecológicos da produção familiar no campo. Neste trabalho, são utilizados dados que abrangem tanto o contexto estadual quanto nacional, respeitando as particularidades de cada fonte e suas abordagens sobre o tema.

- 3) aferir, também no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- 4) ter a gestão do estabelecimento ou empreendimento estritamente familiar.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o uso das terras no Rio Grande do Sul abrange 41% para lavoura e 32% para pastagens, o restante é utilizado em outras atividades. Entre essas, destacam-se 14% para matas e florestas e 13% para outras finalidades, incluindo áreas não produtivas e outras ocupações diversas. Na agricultura familiar, observa-se uma predominância masculina no trabalho, com 61,9% dos trabalhadores sendo homens. Além disso, há uma tendência de envelhecimento no campo no estado do Rio Grande do Sul, pois 28,45% dos trabalhadores familiares têm entre 55 e 65 anos. O grupo de 34 a 45 anos representa 23,87% do total, enquanto há também uma parcela significativa entre 40 e 50 anos. Já os mais jovens, entre 25 e 35 anos, são apenas 6,43%. Notavelmente, apenas 1,24% dos trabalhadores têm menos de 25 anos, evidenciando a necessidade de promover maior sucessão geracional na agricultura familiar no estado (EMATER, 2019).

Nota-se, diante dos dados, a crise que atinge a permanência da juventude rural. A dificuldade em manter os jovens no meio rural é evidenciada por vários fatores, como a falta de acesso a recursos e tecnologias modernas que facilitam, por exemplo, a mecanização da produção em menor escala, a escassez de oportunidades econômicas e a atratividade das oportunidades urbanas. Questões de cunho social, como o patriarcado intrínseco na sociedade, afetam de forma direta especialmente as jovens mulheres, fazendo com que haja deficiência de protagonismo na gestão e permanência nos estabelecimentos agropecuários de suas famílias. O patriarcado é uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade” (Bordulis Eduardo, 2019).

Conforme a análise de Bordulis Eduardo (2019), observa-se a presença marcante do patriarcado e do adultocentrismo em sua abordagem:

[...] Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial. Além disso, decisões econômicas importantes tomadas na escala do estabelecimento agropecuário, como o planejamento da produção, o fechamento de contratos de financiamento e de comercialização, a gestão dos

recursos financeiros da família, são práticas realizadas, em grande medida, pelos homens adultos. O modelo de desenvolvimento do agronegócio ativa a territorialidade adulta e masculina em desvantagem da territorialidade feminina, especialmente a jovem, que inscrevem-se, progressivamente, em quadros passivos de territorialidade (Bordulis Eduardo, 2019, p. 50).

Em um plano mais sociocultural, o patriarcado intrínseco à sociedade rural afeta diretamente os jovens, como apontado por(2019), onde a estrutura social define papéis rígidos, que não apenas subjugam as mulheres, mas também impõem uma subordinação dos jovens aos homens mais velhos, os chamados patriarcas. Essa estrutura dificulta o protagonismo dos jovens nas decisões familiares e nas práticas agrícolas, inclusive na agroecologia, onde a falta de autonomia para inovar ou modificar os processos tradicionais pode ser um fator de desestímulo. Para os jovens, principalmente as mulheres, o patriarcado e as normas de gênero reforçam uma desigualdade no acesso à liderança e à gestão das propriedades rurais, tornando ainda mais difícil a permanência no campo.

Em consonância, para Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006, p. 6), no debate sobre a sucessão geracional nos estabelecimentos familiares “emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que invariavelmente é escassa, representando, ainda hoje, o principal ativo do patrimônio familiar”. Stropasolas (2011, p. 27) entende que os principais conflitos intergeracionais estão centrados na

[...] Gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas (Stropasolas, 2011, p. 27).

Essa situação resulta em um êxodo contínuo para as cidades, onde a juventude busca melhores perspectivas de trabalho e qualidade de vida. Para enfrentar esse desafio, é crucial desenvolver políticas e programas que valorizem e incentivem a permanência dos jovens no campo, proporcionando suporte financeiro, acesso à educação e capacitação, promovendo a agroecologia e outras práticas sustentáveis que garantam um futuro viável e promissor para a agricultura familiar.

Ao abordar o conceito de juventude, adota-se o padrão estabelecido pela Secretaria Nacional da Juventude, o qual, por meio do Estatuto da Juventude, define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Dentro dessa faixa etária, a juventude rural enfrenta uma série de desafios socioculturais que dificultam sua permanência no meio rural. A agroecologia, embora proponha caminhos sustentáveis e inclusivos, não está isenta dessas dificuldades, sendo muitas vezes atravessada por desigualdades estruturais que afetam a ³realidade do campo.

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural e na segurança alimentar de muitos países, especialmente em regiões onde a produção agrícola de pequena escala predomina. De acordo com Altieri (2012), a agricultura familiar não apenas contribui para a produção de alimentos, mas também para a preservação da biodiversidade, a proteção dos bens naturais e a promoção da sustentabilidade. No Brasil, esse setor é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no mercado interno, sendo um pilar essencial para a economia rural e o desenvolvimento social (Almeida, 2017).

Embora frequentemente vista como uma forma de pequena agricultura e associada à baixa produtividade, a relevância da agricultura familiar no desenvolvimento rural é incontestável. Seu impacto vai além da simples produção de alimentos, desempenhando um papel crucial na geração de emprego e renda nas áreas rurais, além de contribuir para o uso sustentável dos bens naturais (Silva e Jesus; 2010). Esse aspecto é corroborado por Spanevello (2008), que destaca a agricultura familiar como um sistema produtivo marcado pela ênfase na diversificação e conservação dos bens naturais.

Conforme discutido, é possível afirmar que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na economia brasileira, contribuindo não apenas para a qualidade de vida do produtor, mas também para toda a cadeia que se desenvolve ao longo de seu processo produtivo. De forma resumida, pode-se dizer que ela opera com base nos três pilares da sustentabilidade, considerando aspectos sociais, ambientais e econômicos.

³ Cabe ressaltar que o conceito de juventude vai além de uma definição arbitrária de faixa etária, como apontam os autores Dayrell, (2003) e Abramo (2007). Respectivamente: A juventude não pode ser compreendida apenas a partir de critérios biológicos ou etários, mas deve ser analisada enquanto construção social, situada historicamente e atravessada por relações de classe, gênero, raça e território. A juventude é um conceito relacional, definido mais pelas experiências sociais atribuídas ao jovem do que por uma faixa etária fixa.

4.3 AGROECOLOGIA

A agroecologia vai além de ser uma simples técnica agrícola, ela representa uma filosofia que valoriza uma maneira de produzir alimentos em cooperação com a natureza, promovendo também o respeito à dignidade humana (Primavesi, 1995). Envolve práticas que sinalizam para o equilíbrio dos agroecossistemas, promovendo tanto a sustentabilidade ambiental quanto o bem-estar humano.

A agroecologia não se sustenta sem a agricultura familiar, uma vez que a produção orgânica isolada não abrange, de forma plena, os princípios que orientam a prática agroecológica. A agroecologia vai além do cultivo sem agrotóxicos: ela envolve relações sociais mais justas, valorização do conhecimento tradicional, preservação ambiental e fortalecimento das comunidades locais. Nesse contexto, a agricultura familiar é essencial não apenas como base produtiva, mas também como espaço de reprodução cultural, social e econômica das famílias no campo. Sua articulação com a agroecologia é especialmente relevante para a juventude rural, pois oferece perspectivas de trabalho mais dignas, sustentáveis e conectadas com os valores da nova geração. Além disso, fortalece os processos de sucessão rural ao criar condições mais favoráveis para que os jovens permaneçam no campo, vejam sentido em dar continuidade às atividades familiares e se sintam protagonistas de um modelo agrícola mais justo e sustentável. (SANTOS et al., 2012).

Práticas agrícolas sustentáveis são essenciais para assegurar que o futuro da agricultura se direcione para a preservação e não para a destruição do meio ambiente. As práticas de agricultura sustentável desempenham um papel fundamental no alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2), que visa erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Resiliência frente às mudanças climáticas, melhoria da nutrição e preservação da biodiversidade, são algumas maneiras de como a agroecologia pode contribuir diretamente (FAO, 2018).

A agroecologia pode ser uma alternativa eficaz para estimular a permanência dos jovens no campo, oferecendo um modelo de desenvolvimento rural sustentável e rentável. Ao combinar práticas agrícolas que respeitam a natureza com oportunidades econômicas, essa abordagem contribui para fortalecer as comunidades rurais e promover uma conexão mais profunda entre os jovens e a vida no campo. Esse enfoque integra práticas agrícolas que valorizam o meio ambiente, promovem a biodiversidade e fortalecem as comunidades locais, criando um modelo de agricultura que é não apenas produtivo, mas também regenerativo.

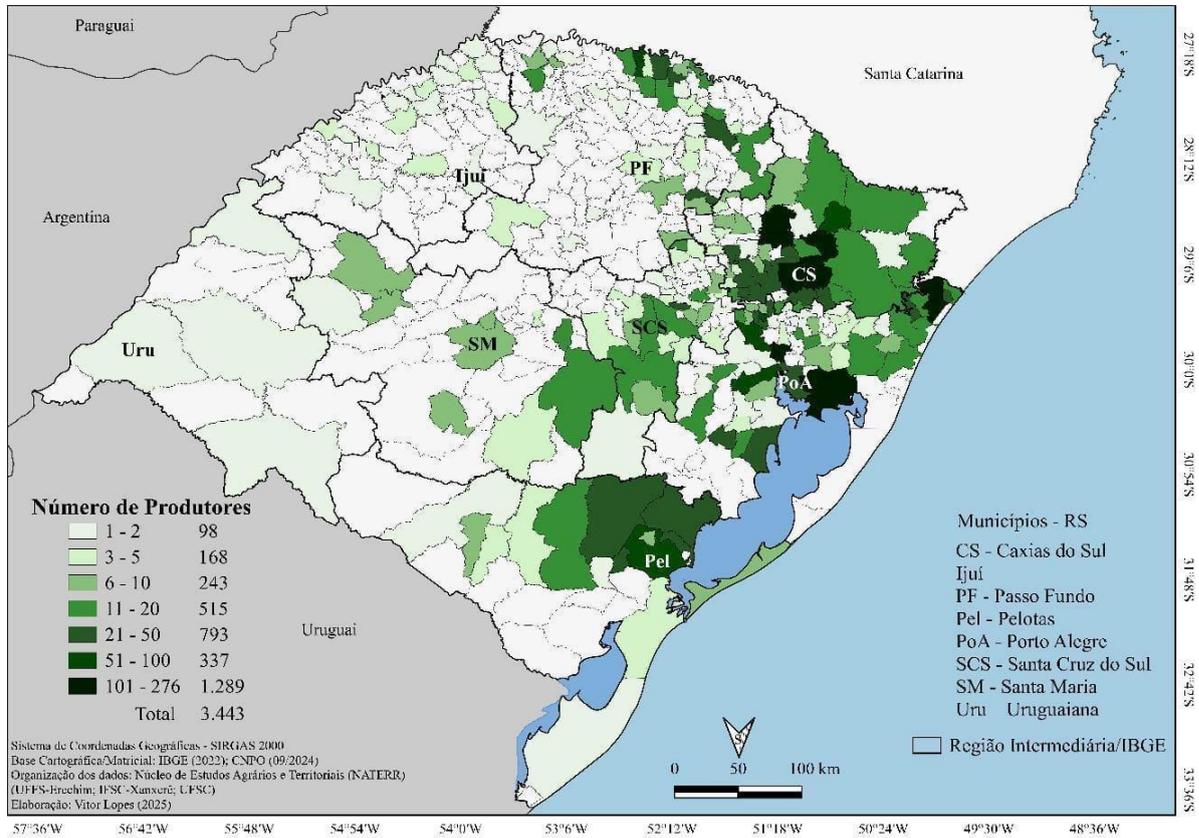
Para os jovens, a agroecologia representa uma oportunidade de inovar e empreender em suas comunidades, conectando o conhecimento popular com práticas modernas que valorizam

a sustentabilidade. Ao adotarem princípios agroecológicos, os jovens podem desenvolver sistemas agrícolas diversificados, com importante autonomia e que não dependem de insumos químicos muitas vezes caros e que prejudicam a saúde do solo, da água e das plantas. Isso, por sua vez, reduz os custos de produção e aumenta a autonomia dos agricultores, tornando a vida no campo economicamente mais viável, sendo assim uma alternativa atrativa. (SILVA; MENDONÇA, 2012).

Os jovens que se identificam com a agroecologia geralmente compartilham uma visão de trabalho mais integrada com a natureza e valorizam os saberes tradicionais. Contudo, enfrentam obstáculos econômicos e sociais que comprometem a continuidade dessa prática. A ausência de políticas públicas voltadas ao incentivo da agroecologia, somada à pressão por resultados financeiros e à dificuldade de acesso a mercados justos, contribui para um cenário desmotivador. Além disso, a escassez de capacitação e apoio técnico limita a capacidade de inovação dentro da agricultura familiar e agroecológica, reduzindo as alternativas de permanência desses jovens no campo.

A agroecologia muitas vezes está associada a redes de cooperação e associações que oferecem suporte técnico e organizacional, capacitação e acesso a mercados diferenciados, como feiras agroecológicas, mercados de alimentos orgânicos e interação entre os jovens. Essas redes não só facilitam a comercialização dos produtos agroecológicos, como também fortalecem o senso de comunidade e a cooperação entre os jovens agricultores da região, na figura 02 abaixo é possível ver um pouco da distribuição dos produtores orgânicos no estado. Na Rede Ecovida de Agroecologia, que também constitui o organismo participativo de avaliação da conformidade (OPAC) que certifica os produtores agroecológicos vinculados à ECOTERRA, há espaço para organização dos jovens, incluindo um Grupo de Trabalho sobre Juventude, com debates e proposições de ações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia e fortalecimento das juventudes.

Figura 02: Mapa sobre a distribuição dos produtores orgânicos no Rio Grande do Sul (2024).



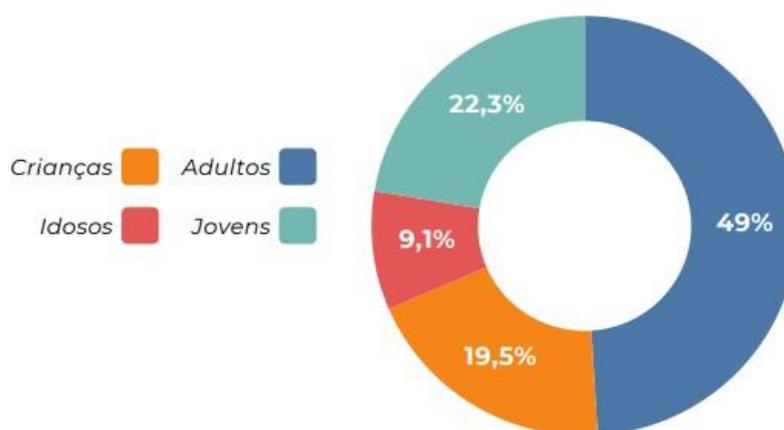
Fonte: CNPO, 2024. Produção cartográfica: Vitor Lopes, 2025.

O projeto “Agroecologia na América Latina: construindo caminhos” (CEPAGRO; CETAP; UBC *et al.*, 2025) desenvolvido desde 2020, através de cooperação internacional, por uma rede de 10 organizações em 7 países latino-americanos, apresenta grande relevância para pesquisas que abordam a juventude rural, como essa. Ao propor uma metodologia de avaliação baseada em indicadores sociais, econômicos e ambientais, o projeto oferece uma base concreta para compreender como a agroecologia impacta a vida dos jovens no campo. Ele contribui não apenas com dados técnicos, mas também com reflexões sobre os aspectos subjetivos e sociais da permanência e do protagonismo juvenil nas práticas agroecológicas. Para estudos que investigam temas como sucessão rural, permanência dos jovens no campo e construção de alternativas sustentáveis de vida, o projeto fornece ferramentas teóricas e metodológicas que ajudam a evidenciar o papel da juventude na transformação dos territórios rurais.

Em 2024, o projeto contou com a participação de 313 famílias agricultoras. Todas elas cadastraram suas unidades agrícolas no aplicativo *LiteFarm* (uma ferramenta de gestão agrícola, gratuita e de código aberto, criada por famílias agricultoras e pesquisadores, para

aqueles que já são ou desejam se tornar agricultores sustentáveis, orgânicos e diversificados), mas apenas 286 responderam ao questionário do *SurveyStack* (sistema utilizado para a pesquisa). As 286 famílias mapeadas são compostas por 1.271 pessoas, sendo 248 crianças (até 14 anos), 284 jovens (15 a 29 anos), 623 adultos (30 a 64 anos) e 116 idosos (acima de 64 anos). A representação de gênero dentro das 4 faixas etárias foi praticamente igual, sendo 51% homens e 49% mulheres (Conforme gráfico 01).

Gráfico 01: Distribuição demográfica por faixa etária do trabalho “Agroecologia na América Latina: construindo caminhos”



Fonte: CEPAGRO; CETAP; UBC *et al.*, 2025

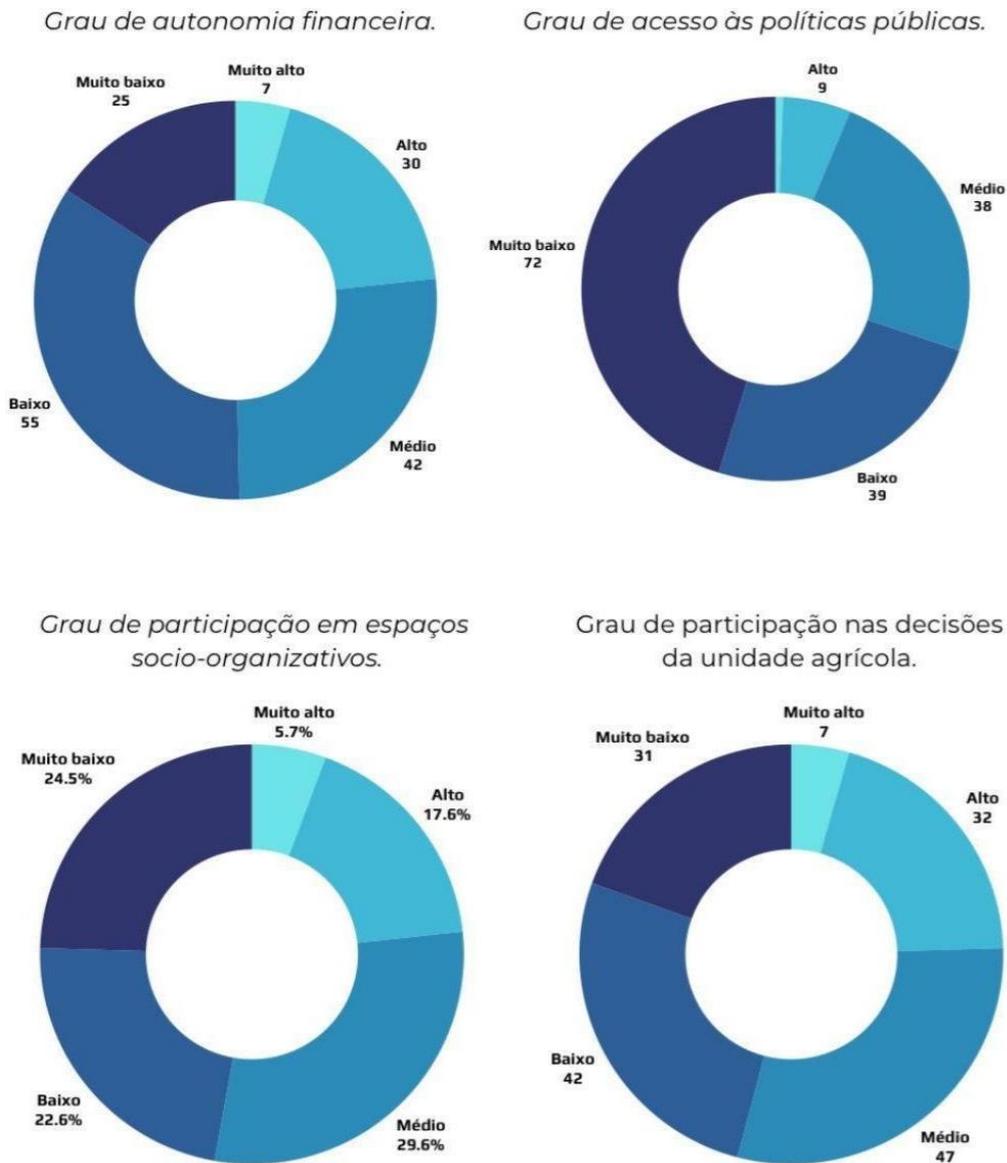
A permanência da juventude na agricultura agroecológica tem sido uma preocupação constante entre técnicos e organizações do setor, especialmente diante do crescente êxodo rural. A saída dos jovens do campo ameaça a continuidade das práticas agrícolas tradicionais, bem como a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas. Para compreender melhor essa realidade, a pesquisa investigou a presença e participação dos jovens entre 15 e 29 anos nas unidades agrícolas familiares, analisando seu envolvimento em espaços organizativos, sua autonomia financeira, sua influência na tomada de decisões e seu acesso a políticas públicas.

Dos 313 domicílios entrevistados, 159, o que representa 55,6%, indicaram a presença de jovens na unidade agrícola, enquanto 44,4% relataram sua ausência. Entre os jovens identificados, constatou-se que a participação em espaços sócio-organizativos é predominantemente baixa, sendo que apenas 17,6% possuem envolvimento alto e 5,7% muito

alto. Além disso, sua participação na tomada de decisões dentro da unidade agrícola familiar também é limitada, com a maioria situada entre os níveis baixo e médio. O estudo também revelou que poucos jovens possuem alta autonomia financeira, o que restringe suas possibilidades de permanecer no campo sem depender economicamente da família. Outro fator relevante identificado foi a dificuldade no acesso a políticas públicas voltadas à juventude rural, o que pode desestimular a continuidade na agroecologia.

Em relação ao interesse na continuidade do trabalho agroecológico, a maioria dos jovens, cerca de 70,4%, expressou vontade de permanecer no setor, enquanto 29,6% demonstraram desinteresse. Ao analisar as variáveis que influenciam esse interesse, foi observada uma relação direta entre o desejo de permanecer e a diversidade de fontes de renda da família. Jovens cujas unidades agrícolas possuem três ou mais fontes de renda mostraram maior predisposição a seguir na agroecologia, sugerindo que a segurança econômica da família desempenha um papel fundamental na decisão de continuidade no campo. Além disso, verificou-se que a autonomia financeira dos jovens também influencia diretamente essa escolha: quanto maior a independência econômica, maior o interesse em continuar na agroecologia.

Gráfico 02: Grau de participação e empoderamento dos/as jovens (percentual).



Fonte: CEPAGRO; CETAP; UBC *et al.*, 2025.

Entretanto, a pesquisa apontou diversos desafios que contribuem para a desmobilização da juventude na agroecologia. Entre os fatores mais preocupantes estão a falta de incentivos econômicos e políticas públicas específicas, a pressão para migração urbana em busca de melhores oportunidades, a desvalorização do campo, a precariedade da infraestrutura, as mudanças climáticas e a ausência de educação e capacitação técnica em práticas

agroecológicas. Esses obstáculos dificultam a permanência dos jovens no campo e colocam em risco a sucessão geracional na agricultura familiar agroecológica.

Diante desse cenário, a pesquisa “Agroecologia na América Latina: construindo caminhos” (CEPAGRO; CETAP; UBC et al., 2025), buscou entender quais estratégias poderiam ser adotadas para incentivar a permanência dos jovens na agroecologia. As respostas obtidas evidenciaram que a educação e a capacitação são fatores centrais para garantir o engajamento da juventude rural. Além disso, foram apontadas a necessidade de promoção da agroecologia como um setor economicamente viável, o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a juventude, o estímulo à mobilização social, o aumento da diversidade de fontes de renda, a ampliação das oportunidades de trabalho e a valorização do apoio familiar. Outro aspecto citado foi a necessidade de maior acesso às novas tecnologias, que poderiam facilitar o trabalho e melhorar a produtividade no campo.

Dessa forma, o estudo revelou que, apesar das dificuldades, a maioria dos jovens tem interesse em continuar na agricultura agroecológica, conforme Gráfico 03, desde que sejam oferecidas melhores condições socioeconômicas, políticas públicas eficazes e oportunidades de desenvolvimento profissional, mesmo assim $\frac{1}{3}$ dos jovens não têm interesse em permanecer no campo, parte significativa. O fortalecimento da autonomia financeira, o acesso à tecnologia e a diversificação das fontes de renda são aspectos fundamentais para garantir a permanência da juventude no campo e assegurar a continuidade da agroecologia como um modelo sustentável e viável para o futuro.

Gráfico 03: Interesse ou não dos/as jovens em continuar trabalhando com agricultura agroecológica.



Fonte: CEPAGRO; CETAP; UBC *et al.*, 2025.

4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Manter os jovens no meio rural é crucial para que a agricultura familiar continue a cumprir suas funções produtivas, sociais e ecológicas. A sucessão rural assegura não apenas a continuidade das práticas agrícolas, mas também promove a inovação e a adaptação das tradições às novas tecnologias e métodos sustentáveis. Para fomentar essa sucessão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), tem buscado criar programas direcionados que incentivam a autonomia e o espírito empreendedor entre os jovens do campo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu melhorias significativas nos últimos anos. A vertente orientada à juventude rural, o Pronaf Jovem, tem seu limite de crédito em R\$24 mil, com uma redução de juros para 4% em 2024. O Pronaf Jovem promove o desenvolvimento sustentável do meio rural, implementando ações que aumentam a capacidade produtiva, geram empregos e elevam a renda dos agricultores familiares (MDA, 2024).

No Pronaf, embora não o suficiente, também existem subprogramas e linhas de crédito específicas para apoiar a agricultura familiar com práticas sustentáveis, como a agroecologia. Estes recursos podem ser utilizados para adotar tecnologias mais ecológicas, como sistemas agroflorestais, práticas de conservação do solo e técnicas de cultivo que respeitam o meio ambiente (MAPA, 2024).

Um fator essencial para incentivar os jovens a permanecerem no campo é a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Iniciativas como essas, que promovem a agricultura familiar, o crédito rural sustentável e a educação em agroecologia, são fundamentais para oferecer aos jovens as ferramentas e o suporte necessários para que possam prosperar no meio rural. No entanto, a instabilidade política e as frequentes mudanças nos governos comprometem a continuidade desses programas, que deveriam ser consolidados e aprimorados, em vez de sofrerem com interrupções e descontinuidades.

Além disso, o Plano Safra 2024/2025 destinou R\$76 bilhões em crédito rural e R\$85 bilhões no total de ações para a agricultura familiar, incluindo estímulos à produção sustentável de alimentos saudáveis, compra de máquinas agrícolas e ampliação do microcrédito produtivo.

Alguns importantes incentivos são, por exemplo, as linhas de crédito para agricultura de baixo carbono (ABC). Esta linha de crédito visa apoiar a implementação de práticas de agricultura sustentável que reduzam as emissões de gases de efeito estufa. Os recursos são destinados a projetos que promovem o manejo sustentável do solo, a recuperação de áreas degradadas e o uso eficiente dos bens naturais.

Para o Plano Safra 2024/2025, o governo brasileiro anunciou um investimento total de R\$400 bilhões para o agronegócio em geral (MAPA, 2024). Nota-se que o recurso para agricultura familiar é expressivamente inferior ao destinado para o agronegócio, e insignificante para a agroecologia, diante de seu potencial para a produção de alimentos e mitigação das emergências climáticas (FAO, 2020). Este montante inclui recursos para diferentes linhas de crédito, financiamentos e iniciativas voltadas para a modernização, sustentabilidade e apoio ao setor agrícola e pecuário. Mesmo que insignificante, existe um esforço do Governo Federal em sentido de ampliar as linhas de crédito para agricultura familiar e agroecológica, porém ainda muito reduzido perante a demanda e desafios na produção de alimentos agroecológicos no país.

Uma política pública relevante para as associações de agroecologia, como a ECOTERRA, é o programa Ecoforte, criado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). O Ecoforte tem como objetivo fortalecer as redes de agroecologia e promover a produção orgânica no Brasil, apoiando iniciativas coletivas, ampliando a capacidade de articulação entre os agricultores e incentivando práticas sustentáveis que gerem impactos sociais, econômicos e ambientais positivos. O programa é uma iniciativa do governo

brasileiro, criado em 2014, cujo objetivo é fortalecer empreendimentos econômicos solidários voltados à agroecologia e à produção orgânica, com foco na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

O objetivo principal do Ecoforte é promover redes de agroecologia e extrativismo sustentável, proporcionando melhores condições de trabalho e geração de renda para agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas. Esse programa é apoiado por diversas instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e busca impulsionar práticas que respeitem o meio ambiente, fortalecendo a agricultura sustentável e a sociobiodiversidade em todo o país (Martins e Sambuichi, 2019).

No edital mais recente, foram alocados R\$100 milhões para o fortalecimento dessas redes, sendo R\$70 milhões destinados às regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste e R\$30 milhões para a Amazônia Legal. O Ecoforte prioriza a inclusão de mulheres e jovens em seus projetos, além de promover a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade (Martins e Sambuichi, 2019).

No dia mundial da alimentação de 2024, o governo lançou o PLANAPO III (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica). A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁴, da qual a Rede Ecovida faz parte, anteriormente ao lançamento, publicou o documento intitulado “Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o PLANAPO 2024-2027”, o qual incluiu propostas relacionadas diretamente ao tema da juventude e da sucessão rural. As propostas estão agrupadas em seis eixos temáticos, segundo a estrutura adotada nos planos anteriores. Entre elas estão (ANA, 2024):

- Destaque para a importância de que as normativas reconheçam e fomentem o trabalho e a contribuição econômica das mulheres e das juventudes.
- Garantir a dinamização do processo produtivo de modo que inclua a juventude camponesa e periurbana através da utilização de novas tecnologias e conhecimentos.
- Fomentar a participação das juventudes na produção orgânica e agroecológica e na comercialização, por meio de linhas de crédito específicas.

⁴ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é uma rede que conecta diversas organizações, movimentos sociais, agricultores e pesquisadores comprometidos com a promoção da agroecologia no Brasil. Fundada em 2002, a ANA atua como um espaço de articulação e mobilização em torno da agroecologia, buscando a construção de políticas públicas que favoreçam a agricultura sustentável, a segurança alimentar e a justiça social. Através de campanhas, eventos e parcerias, a ANA visa fortalecer as práticas agroecológicas e ampliar o debate sobre sustentabilidade, biodiversidade e inclusão social no campo.

- Implementar plano de formação e qualificação de Agentes de Ater, e estabelecer parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais, gênero, juventudes e relações étnico-raciais.
- Apoiar a contratação de 70 projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas.
- Apoiar a contratação de pelo menos 1.890 (70 por unidade da federação) projetos de desenvolvimento da juventude rural por meio de suas associações e cooperativas.
- Realizar pesquisa sobre juventude rural no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica.
- Fomentar a formação e criação de Territórios de Aprendizagem conduzidos pelas juventudes rurais nos territórios.
- Garantir a permanência das juventudes nos diversos programas de formação de assistência técnica através da garantia de financiamentos para as juventudes.
- Ampliar a formação da juventude em agroecologia e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.
- Ampliar a formação da juventude em Agroecologia e em Educação do Campo e sua participação em processos de educação, produção, gestão e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade, visando sua emancipação, permanência e autonomia e contribuindo para a sucessão rural, com atendimento de, pelo menos, 50% de mulheres.
- Garantir a destinação de 20% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural. Realizar 12 oficinas de capacitação continuadas de capacitação em territórios prioritários de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares para fomento ao acesso às políticas de apoio à comercialização, garantindo a equidade de gênero e a participação da juventude.
- Realizar oficinas continuadas de formação em territórios prioritários de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares para fomento ao acesso às políticas de apoio à comercialização, garantindo a equidade de gênero e a participação das juventudes.

No entanto, até o momento, houve resistência por parte do Ministério da Agricultura quanto à adoção de algumas dessas propostas. Apesar da importância do tema, a redação final do PLANAPO não incorporou nenhuma das propostas da ANA, deixando em risco a sucessão rural na agroecologia. No entanto, algumas propostas estabelecidas pelo MDA, relacionadas à juventude rural foram incorporadas no PLANAPO, essas são: Promover ATER qualificada e continuada, assegurando que o público atendido seja, no mínimo, 20% Jovens e 50% mulheres. Implementar um Programa de Formação de Agentes de ATER, garantindo metodologias e conteúdos específicos para a diversidade de público, gênero, juventude e relações étnico-raciais, com a participação de pelo menos 50% de mulheres entre as pessoas capacitadas.

4.4.1 Políticas públicas e ações em âmbito da ECOTERRA

A realidade da ECOTERRA evidencia como a ação coletiva e a articulação com outras organizações são fundamentais para o fortalecimento da agroecologia. A associação promove incentivos econômicos diretos aos agricultores por meio do planejamento da produção, definição antecipada de preços e garantia de comercialização — mas, vai além disso, articulando-se com políticas públicas em parceria com o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares).

A ECOTERRA auxilia o acesso a programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), auxiliando às famílias agricultoras junto a outras organizações que executam os programas, ampliando as oportunidades de renda e estabilidade para quem produz. Outro exemplo importante é o apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem investido recursos na promoção do “Circuito de Produtos Agroecológicos do Brasil”, permitindo a ampliação das redes de comercialização.

Destaca-se ainda o papel estratégico da Política dos Territórios Rurais, por meio do CODETERR, que possibilitou a construção do pavilhão da ECOTERRA — infraestrutura essencial para a ampliação da logística e da capacidade de atendimento da associação. Esses avanços são frutos de um trabalho colaborativo, construído coletivamente entre a ECOTERRA, instituições parceiras e políticas públicas. Isoladamente, o agricultor teria grandes dificuldades para acessar esses recursos e promover sua produção. É nesse contexto que muitos jovens começam a enxergar a viabilidade econômica e social da permanência no campo, percebendo na agroecologia um caminho real de vida e futuro próspero.

No dia 25 de abril de 2025, a ECOTERRA recebeu em sua sede representantes das estações que integram o Circuito de Produtos Agroecológicos do Brasil para um evento público que teve

como objetivo divulgar as ações do projeto financiado pela FBB, com um investimento de R\$3,8 milhões. Estiveram presentes agricultores e agricultoras familiares, agentes de comercialização, lideranças regionais e autoridades políticas. Durante o encontro, alguns representantes de diferentes estações do circuito compartilharam experiências sobre o envolvimento da juventude no Circuito, destacando sua crescente participação nas áreas de produção, logística e gestão das estações.

A sucessão rural e a ampliação da presença jovem na agroecologia são temáticas centrais no planejamento das ações do Circuito. Os recursos da FBB estão sendo aplicados em equipamentos e infraestrutura que modernizam todas as etapas da produção e transporte, como colheitadeira de grãos, selecionadora a *laser*, embaladoras a vácuo, câmaras frias, tratores, plantadeira, polidor de grãos e veículos logísticos. Segundo Cláudio Brennand, representante da FBB, o investimento abrange toda a cadeia produtiva em 15 municípios — incluindo Curitiba e São Paulo — com foco no planejamento da produção, logística integrada e comercialização direta. Ele também destacou parcerias com políticas públicas como o PNAE, o PAA e o Instituto Chão (SP), que reforçam o papel da agroecologia no combate à fome e no acesso da população urbana a alimentos saudáveis.

4.5 A ASSOCIAÇÃO ECOTERRA

A ECOTERRA, como já mencionado, é uma associação sem fins lucrativos, formada por agricultores ecologistas, predominantemente, dos municípios de Três Arroios, Aratiba, Barão de Cotegipe, Itatiba do Sul e Erechim, na região do Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul. Fundada formalmente em 2001, seu trabalho vem ganhando cada vez mais projeção no mercado de alimentos orgânicos em nível regional e, inclusive, nacional, grande parte devido ao chamado Circuito de comercialização da Rede Ecovida.

Figura 03. Pavilhão da Ecoterra, parte interna.



Fonte: ECOTERRA, 2025.

O "Circuito Sul", agora Circuito Brasil, é organizado em estações articuladas em rede. As movimentações têm o objetivo de direcionar alimentos regularmente para diferentes canais de comercialização, promovendo a circulação dos produtos entre as Estações-Núcleo. Isso visa ampliar a diversidade de itens oferecidos nos três estados do Sul e na cidade de São Paulo (Eduardo, 2023).

A associação atua acompanhando os processos de produção, logística, distribuição e comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, influenciando diretamente na definição da política de preços e incentivo aos produtores associados.

A troca e a circulação de alimentos entre as regiões permitiram à Estação da ECOTERRA aumentar a diversidade de produtos oferecidos aos consumidores. Inicialmente, a oferta se concentrava em um único produto – a laranja Valência – mas, atualmente, são disponibilizados mais de 80 tipos de alimentos, de forma regular, em quantidades maiores e com garantia de venda. Em 2020, a ECOTERRA operou uma média de 35,5 toneladas de alimentos orgânicos por semana, que foram distribuídos por meio de parceiros em mais de 100 pontos de venda (CETAP, 2022).

A assessoria técnica aos produtores agroecológicos associados é realizada pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CETAP) e a certificação orgânica da produção das famílias é

realizada pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG)⁵, por intermédio do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Associação Ecovida de Certificação Participativa (conhecida popularmente como Rede Ecovida de Agroecologia)⁶.

Embora de forma lenta, devido à complexidade do tema da sucessão da juventude, as associações desempenham um papel crucial ao incentivar a permanência dos jovens no campo, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e contribuindo para a revitalização da agricultura familiar, diversificação produtiva e outras atividades rentáveis envolvendo logística, infraestrutura e organização da produção. auxiliando os produtores a acessar políticas públicas, as quais são trazidas e implementadas pela associação, estabelecendo parcerias com bancos, centros de pesquisa, empresas, associações e cooperativas dentro do Circuito Sul.

O Circuito de Comercialização de Alimentos Agroecológicos foi criado para fortalecer a agricultura familiar e viabilizar economicamente pequenos produtores da região do Alto Uruguai Gaúcho. Na região, a produção agrícola se baseia principalmente em commodities como soja, milho, feijão, suínos e leite, sendo comercializada por meio de atravessadores e grandes empresas. No entanto, esse modelo não garantia preços justos nem absorvia a diversidade de alimentos produzidos pelas famílias. Diante desse cenário, o Circuito surgiu como uma alternativa para dinamizar a comercialização dos alimentos agroecológicos e ampliar a participação dos agricultores na cadeia produtiva. Baseado em princípios de agroecologia e organização coletiva, ele busca fortalecer a produção sustentável e garantir um meio de comercialização justo. A estrutura do Circuito é organizada em "Estações", que funcionam como pontos de articulação entre as famílias agricultoras, permitindo a distribuição eficiente de produtos orgânicos certificados.

⁵ Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (Lei da Agricultura Orgânica), decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007 e Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009, que estabelece os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica e detalha a criação e funcionamento dos SPGs (Sistemas Participativos de Garantia) e seus organismos participativos de avaliação da conformidade (OPAC).

⁶ Fundada em 1998, a Ecovida abrange os três estados do Sul (RS, SC e PR) mais SP. Atualmente agrega 340 grupos de agricultores envolvendo, aproximadamente, 5.500 famílias (CNPO, 2025). A primeira instância de certificação é a família agricultora. A seriedade do trabalho desenvolvido pela família é referendada pelo grupo do qual ela faz parte, através da Comissão de Ética deste grupo. O grupo, por sua vez, tem seu trabalho referendado pelo núcleo regional do qual ele participa, através da Comissão de Ética do Núcleo. Os produtos oriundos deste Núcleo são respaldados por todos os demais Núcleos, que possuem em comum, normas de produção e 4 patamares mínimos de funcionamento, o que os permite legitimar-se mutuamente, através da OPAC Associação Ecovida de Certificação Participativa.

A logística do Circuito é baseada na integração entre produção, certificação participativa, circulação e comercialização dos alimentos. Esse modelo permite que os produtores tenham maior autonomia sobre seus produtos e fortalece a relação entre quem produz e quem consome, garantindo preços mais justos. Além disso, o Circuito busca ampliar a produção agroecológica e integrar novas famílias ao sistema, promovendo um modelo produtivo diversificado e menos vulnerável economicamente.

Outro aspecto essencial é a gestão autônoma e participativa. As famílias agricultoras não apenas produzem os alimentos, mas também são responsáveis pela certificação, distribuição e comercialização. O transporte dos produtos é feito por meio de uma logística compartilhada, na qual os próprios agricultores organizam rotas para otimizar a entrega e evitar veículos circulando vazios. Atualmente, esse método de circulação de alimentos atende diversas regiões do Brasil, consolidando uma rede solidária de produção e distribuição de alimentos agroecológicos. Dessa forma, o Circuito de Comercialização de Alimentos Agroecológicos contribui para a valorização da agricultura familiar, promove práticas sustentáveis e encurta a distância entre produtores e consumidores.

O trabalho associativo facilita o acesso a mercados justos e à comercialização dos produtos agrícolas, muitas vezes por meio de redes de cooperação que valorizam os alimentos produzidos de forma sustentável. Além da atuação direta na produção agroecológica, é importante considerar as diferentes formas de inserção da juventude nas dinâmicas das associações. Muitos jovens ocupam funções como motoristas, assessores técnicos, trabalhadores da logística, apoio administrativo e na organização da produção. Essas funções, embora não envolvam o cultivo direto da terra, são fundamentais para o funcionamento da cadeia agroecológica e representam formas efetivas de participação e geração de renda no meio rural. Reconhecer essas inserções é essencial para ampliar a compreensão sobre os caminhos da permanência e valorização da juventude no campo.

Por meio dessas iniciativas, as associações e espaços de interação agroecológicos incentivam os jovens a enxergarem o campo como um espaço de oportunidades e crescimento pessoal e profissional. A juventude também está presente no CETAP e nas frentes de trabalho da Estação, desempenhando papéis ativos no desenvolvimento de projetos agroecológicos e contribuindo para a transformação do meio rural em um ambiente mais sustentável e dinâmico, contribuindo para a desaceleração do êxodo rural e garantindo a continuidade da agricultura familiar agroecológica - ou não - como base do desenvolvimento rural regional sustentável.

Figura 04: Pavilhão da ECOTERRA: Vista parcial da produção *in natura*



Fonte: ECOTERRA, 2025.

5. SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS DA ECOTERRA

A associação ECOTERRA apresenta uma diversificada base de agricultores familiares. Com foco na agroecologia e certificação participativa, os membros da ECOTERRA mantêm práticas sustentáveis e são responsáveis pela produção de uma variada gama de produtos agrícolas *in natura* e processados. A partir da coleta de dados é possível identificar algumas características importantes que ajudam a formar o perfil dos agricultores da associação, especialmente em termos de composição familiar e participação de gênero, essenciais para compreender os desafios da sucessão rural e a manutenção das atividades agroecológicas.

Com base nos dados levantados na entrevista junto ao setor administrativo da associação, a idade média dos associados varia entre 30 a 59 anos, indicando que uma parcela significativa da mão de obra agroecológica da região é composta por trabalhadores rurais adultos. Esse cenário reflete a tendência de envelhecimento da população rural, um desafio para a sucessão familiar e a renovação geracional no campo. A maioria dos associados é responsável por integrar seus familiares nas atividades produtivas, como indicado pelo número de integrantes que trabalham diretamente na agricultura familiar. O envolvimento familiar, um dos pilares da

categoria agricultura familiar, revela-se essencial tanto para a manutenção das propriedades quanto para a produção dos alimentos.

A distribuição de gênero entre os associados apresenta uma predominância masculina, refletindo o contexto histórico do trabalho agrícola no Brasil, onde os homens tradicionalmente ocupam a maior parte das atividades no campo. A análise da composição dos produtores vinculados formalmente à ECOTERRA mostra que 61 são homens (83,56%) e apenas 12 são mulheres (16,44%). Esses dados indicam um cenário em que a representatividade feminina ainda é limitada. No entanto, é importante considerar que a análise foi baseada na lista de associados, na qual apenas um membro da família representa os demais, o que pode não refletir integralmente a participação dos jovens e mulheres nas atividades da unidade produtiva e interação com a associação.

Em relação à composição familiar, a média de pessoas que residem nas propriedades dos agricultores vinculados à ECOTERRA é uma métrica relevante para entender a dinâmica de trabalho e sucessão familiar. A tabela de relação dos associados indica que a média é de 3,1 pessoas por família residem na propriedade e 2,25 de pessoas que trabalham nas unidades, o que sugere uma estrutura familiar sensível para viabilizar o processo sucessório. Esse fator também pode estar relacionado às dinâmicas de sucessão rural, uma vez que a permanência de membros da família na propriedade pode facilitar o processo de transição entre as gerações, assegurando a continuidade da atividade agrícola.

Esses dados são essenciais para entender como as questões de gênero e a estrutura familiar impactam a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar na região, além de revelar desafios e oportunidades para a sucessão rural agroecológica. No entanto, observa-se que a base de dados oficial da associação não contabiliza os jovens presentes no núcleo familiar, o que pode representar uma fragilidade na inclusão e na atenção dedicada aos futuros sucessores.

O mercado, convencionalmente, define os preços com base na lei da oferta e demanda, o que gera instabilidade para as famílias agricultoras. A ECOTERRA adota uma abordagem inovadora: planeja, junto com os espaços de comercialização e as famílias agricultoras, a diversidade, quantidade e preço dos alimentos antes da produção. Esse planejamento considera a realidade de cada propriedade, como mão de obra e infraestrutura, e garante que toda a produção planejada será comprada pelo preço acordado no início do ano.

A ECOTERRA valoriza práticas agroecológicas, oferecendo incentivos financeiros para famílias em processo de transição agroecológica, o que estimula a diversificação da produção. O preço dos produtos inclui apenas os custos operacionais da associação, garantindo alimentos com valores mais estáveis e justos para consumidores e produtores. Esse modelo tem promovido a viabilidade econômica da agricultura familiar, facilitando a permanência das famílias no campo e incentivando o retorno e a permanência de jovens na agricultura.

5.2 QUESTIONÁRIO JUNTO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA ECOTERRA

Em reunião junto ao setor administrativo contando com a participação de uma das pessoas responsáveis pela gestão da ECOTERRA, que ocorreu no dia 30 de outubro de 2024, a partir de questionário semiestruturado, foi realizada uma entrevista com o objetivo de coletar dados e compreender o processo de sucessão rural. A abordagem buscou explorar os principais aspectos do tema dentro da associação.

A entrevista começou com uma discussão sobre informações gerais da ECOTERRA, onde a gestora administrativa forneceu detalhes sobre a associação. A gestora informou que atualmente a ECOTERRA conta com aproximadamente 100 famílias associadas, uma redução do número anterior de 130 famílias nos últimos 5 anos, fator que ocorreu devido a associação prezar manter as famílias que efetivamente contribuem e participam das reuniões e cumprimento com o planejamento produtivo acordado junto a associação. Ela explicou que a associação passou por várias flutuações ao longo de sua história, incluindo uma severa dificuldade econômica em 2006 devido ao desequilíbrio entre produção e vendas.

Quanto ao perfil dos associados, observa-se uma predominância do gênero masculino, com idade entre 30 e 59 anos. Em relação à sucessão familiar na agricultura, a entrevistada reconheceu que se trata de um tema desafiador, embora viável. Ela destacou a importância de incentivos e de avanços na mecanização adequada à realidade da agricultura familiar. Ressaltou ainda que há um movimento de retorno de alguns jovens ao meio rural, porém, carece-se de pesquisas específicas que investiguem as intenções e expectativas das novas gerações quanto à permanência no campo.

Foram discutidos os impactos da pandemia e, principalmente, das enchentes e chuvas, que afetaram a produção e levaram alguns membros a buscar alternativas de subsistência fora da

agricultura. Foi ressaltada a importância do planejamento da ECOTERRA, que oferece garantias de preço tabelado, planejamento e garantia de compra da produção, mercado para os agricultores, permitindo um horizonte de segurança financeira em suas atividades. Essa abordagem é vital para atrair e manter os jovens na agricultura familiar, embora o trabalho seja desafiador devido à falta de incentivos e as dificuldades das atividades agrícolas.

A discussão sobre os principais desafios enfrentados pela associação revelou uma visão otimista sobre o futuro da agricultura familiar, com a esperança de que tendências atuais, como o retorno de jovens do meio urbano ao campo, possam contribuir para a revitalização do setor. A ECOTERRA se posiciona como uma organização comprometida em apoiar seus associados, oferecendo não apenas garantias de mercado, mas também um planejamento que possibilita uma visão de longo prazo para a produção e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A gestora entrevistada destacou a relevância de se conduzirem pesquisas voltadas à compreensão do interesse dos jovens em dar continuidade à agricultura familiar, reconhecendo que esse entendimento é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes. Ela também ressaltou a necessidade de investir no desenvolvimento de equipamentos agrícolas que sejam compatíveis com a realidade da agricultura familiar, tanto em termos de funcionalidade quanto de acessibilidade, visando facilitar o trabalho dos agricultores. Além disso, sugeriu a criação de programas governamentais que incentivem a permanência dos jovens no campo, oferecendo condições mais favoráveis para sua inserção na atividade agrícola. Por fim, apontou que o fortalecimento das ações sociais da ECOTERRA voltadas ao público jovem representa um passo fundamental para estreitar os vínculos entre as novas gerações e a agricultura familiar, contribuindo para um futuro mais sustentável e produtivo para o setor.

A reunião abordou as iniciativas da ECOTERRA voltadas a facilitar e incentivar a associação de produtores agroecológicos, com destaque para três pilares fundamentais: garantia de preço, garantia de mercado e garantia de coleta da produção. Esses mecanismos, somados à assessoria técnica, são essenciais para proporcionar maior estabilidade aos agricultores associados, criando um ambiente mais seguro e previsível para o desenvolvimento de suas atividades. O modelo adotado favorece a diversificação da oferta de alimentos e permite um planejamento contínuo da produção, possibilitando uma estimativa mais precisa da geração de renda anual das famílias. A partir da definição, em cada safra, dos volumes demandados por alimento e dos valores a serem pagos, os agricultores contam com o compromisso da

ECOTERRA de que toda a produção planejada será comercializada, assegurando ainda que os preços pagos não serão inferiores aos previamente acordados.

Além disso, abordou-se a importância da inclusão e integração dos jovens na produção agroecológica e na organização da associação. As decisões participativas foram enfatizadas como um aspecto crucial desse processo. As assembleias, realizadas duas vezes por ano, são momentos em que todos os membros, incluindo os jovens, têm a oportunidade de opinar e votar sobre questões relevantes para a associação, como a definição de preços. Essa abordagem não apenas fortalece o comprometimento dos associados, mas também garante que as decisões reflitam as necessidades e desejos da comunidade agrícola.

A obrigatoriedade da participação nas assembleias é um fator motivador, uma vez que a ausência sem justificativa pode levar à exclusão da associação. Assim, a ECOTERRA não apenas promove a produção agroecológica, mas também fomenta um espaço de diálogo e colaboração, onde todos os membros têm voz e podem contribuir com o futuro da associação. Essa estratégia de engajamento é fundamental para a continuidade e o sucesso da agricultura familiar, especialmente na integração das novas gerações nesse contexto.

A sucessão dentro da organização foi percebida como um processo positivo entre as famílias fundadoras, mas desafiador ao incorporar novos colaboradores que, muitas vezes, não compreendem plenamente o propósito mais amplo da agroecologia. O comprometimento que ultrapassa o horário comercial, somado ao engajamento e à consciência sobre os impactos ambientais e sociais do trabalho, foi apontado como essencial para o êxito do modelo. Entre as oportunidades para incentivar a permanência dos jovens na agricultura familiar, destacou-se a importância de desenvolver uma compreensão aprofundada sobre o significado do trabalho no campo, os princípios ideológicos da agroecologia, a viabilidade de uma renda sustentável e a participação ativa nas decisões coletivas. O mercado oferece diversas possibilidades para quem deseja seguir nesse setor, incluindo acesso a financiamentos rurais e incentivos voltados especialmente a pequenos produtores, com atenção especial aos jovens agricultores familiares.

As políticas públicas desempenham um papel crucial na viabilização da agroecologia, oferecendo linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, assistência técnica da EMATER e programas como PNAE e PAA, que favorecem a comercialização dos produtos. No entanto, a instabilidade dessas políticas e as mudanças governamentais criam dificuldades para o planejamento de longo prazo, enquanto a burocracia excessiva para certificação orgânica

consome tempo e recursos dos produtores. A relação com o mercado institucional é avaliada de forma mista: enquanto algumas organizações dependem fortemente desses programas, a ECOTERRA optou por fortalecer a comercialização em mercados privados para garantir sustentabilidade a longo prazo. A falta de estabilidade nas compras governamentais pode prejudicar muitas cooperativas, mas a diversificação de canais de venda surge como uma alternativa resiliente.

A gestora ainda destacou a importância de conscientizar os pais sobre as oportunidades da agricultura familiar, enfatizando a necessidade de tecnificação das propriedades para garantir melhores resultados a longo prazo. Além disso, ressaltou a relevância de promover estudos e palestras motivacionais voltadas para os jovens agricultores, incentivando sua permanência no setor. Por fim, propôs o desenvolvimento de estratégias para reduzir os impactos da burocracia excessiva no processo de certificação orgânica, facilitando a adesão e o crescimento da produção agroecológica. Contudo, são ações que extrapolam a alçada da Associação.

O processo de certificação orgânica no Brasil é composto por sistema participativo e por auditoria, ambos apresentam bastante complexidade, o que pode dificultar a adesão de pequenos produtores. Para obter o selo de produto orgânico, os agricultores devem seguir uma série de exigências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e submetê-las à avaliação de certificadoras credenciadas. Esse processo inclui auditorias frequentes, preenchimento de relatórios detalhados e cumprimento de normas rígidas sobre uso do solo, reuniões recorrentes, preenchimento de planilhas muitas vezes complexas, manejo e rastreabilidade. (Scalco e Servi, 2014).

Para além dos custos financeiros, a burocracia envolvida pode ser um obstáculo significativo, tornando essencial a criação de políticas públicas que simplifiquem o acesso à certificação, especialmente para agricultores familiares e pequenos produtores agroecológicos. Esse fator apesar de ser fundamental e importante para produção orgânica foi percebido no estudo que se mais facilitado fosse a questão burocrática melhor seria o processo certificador.

Já mencionado pela gestora, a dificuldade que a produção e comercialização de *citrus* enfrenta, são uma série de exigências burocráticas que dificultam o processo, especialmente para as pequenas propriedades. Para que os produtos possam sair legalmente da ECOTERRA,

são necessários uma série de documentos diferentes, incluindo notas fiscais, autorizações sanitárias, registros de origem e transporte, além do pagamento de tarifas específicas.⁷

Diante da complexidade do processo de certificação orgânica e das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, torna-se essencial o apoio de entidades que auxiliem na adaptação às exigências normativas e na busca por alternativas mais acessíveis. Além de garantir a conformidade com os padrões orgânicos, essas organizações desempenham um papel fundamental na sucessão agroecológica, pois contribuem para a permanência das novas gerações na agricultura familiar. Dessa forma, iniciativas como as da ECOTERRA, do CETAP, do CAPA e da Rede Ecovida de Agroecologia não apenas facilitam a certificação, mas também fortalecem a continuidade da produção agroecológica, promovendo a sustentabilidade no meio rural.

A sucessão agroecológica na agricultura familiar não é uma responsabilidade única e exclusiva de uma organização específica, como a ECOTERRA. Embora desempenhe um papel fundamental no apoio a famílias agricultoras e na promoção de práticas sustentáveis, essa transição exige um esforço conjunto de diversas entidades e do poder público para garantir sua efetividade e permanência. Nesse contexto, organizações como o CETAP e a Rede Ecovida de Agroecologia desempenham um papel essencial no suporte técnico, na articulação de redes de produção e no fortalecimento dos agricultores familiares comprometidos com a agroecologia. Essas entidades oferecem assistência na certificação orgânica, na difusão de conhecimentos e na estruturação de mercados solidários, fundamentais para viabilizar economicamente a sucessão (Gazolla e Schneider, 2013).

O poder público e instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Instituições de Ensino Superior (IES), tem a responsabilidade de propor, criar e implementar políticas públicas que favoreçam a sucessão agroecológica. Programas de financiamento rural, acesso a crédito diferenciado, capacitação técnica e incentivos fiscais são algumas das medidas que podem

⁷ Por exemplo, para a comercialização e transporte de produtos orgânicos, especialmente em operações interestaduais ou destinadas a programas públicos, são exigidos diversos documentos, como: Certificado de Conformidade Orgânica (emitido por OAC ou SPG), Selo SISORG, Declaração de Cadastro, Declaração de Transação Comercial, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT), Romaneio de Carga e, em alguns casos, Autorização de Carregamento e Transporte.

fortalecer a agricultura familiar e incentivar a continuidade das propriedades agroecológicas de geração em geração (BRASIL, 2016-2019).

Dessa forma, a sucessão agroecológica exige um esforço coletivo de múltiplos agentes, desde associações e cooperativas até universidades e órgãos governamentais. Somente com o engajamento de diferentes setores da sociedade será possível garantir a continuidade da produção agroecológica e setores que trabalham indiretamente com a agroecologia. É interessante mencionar que a jovem gestora da ECOTERRA entrevistada está dentro do processo de sucessão e inserida na dinâmica tanto na produção, como na gestão da associação.

5.3 ESTUDOS DE CASO COM A SUCESSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NA ASSOCIAÇÃO ECOTERRA

Neste recorte da pesquisa, foi utilizado um formulário *online*, desenvolvido na plataforma Google Forms, como instrumento de coleta de dados. O objetivo principal foi investigar aspectos relacionados à sucessão familiar na agricultura agroecológica e identificar os fatores que influenciam a permanência dos jovens na atividade rural, no contexto da associação ECOTERRA.

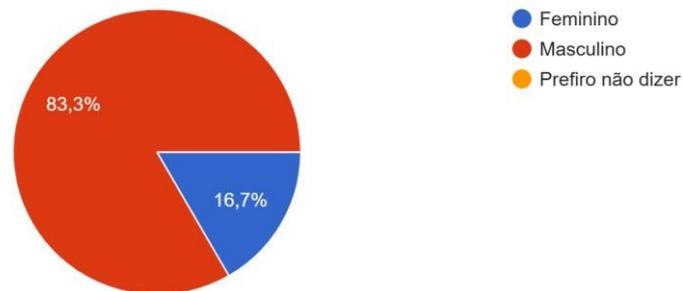
O formulário foi composto por 17 perguntas, abrangendo tanto questões fechadas (de múltipla escolha e alternativas pré-definidas), quanto questões abertas, que permitiram respostas mais detalhadas e pessoais. As perguntas abordaram aspectos como: perfil socioeconômico dos respondentes (idade, gênero, formação educacional), experiência e formação na área de agroecologia, contexto familiar, fatores decisivos para a sucessão agroecológica, dificuldades enfrentadas no processo sucessório e a influência de associações como a ECOTERRA no incentivo à permanência no campo.

A divulgação do formulário foi realizada de maneira direcionada a jovens agricultores familiares envolvidos com práticas agroecológicas, especificamente aqueles vinculados à Associação ECOTERRA. A participação foi voluntária e os dados foram coletados de forma anônima, respeitando os princípios éticos de pesquisa. O número total de respostas obtidas foi 06.

Conforme evidenciado nos Gráficos 05 e 06, a maioria dos jovens respondentes pertence ao gênero masculino, representando 83,3% dos participantes — dado que reflete tanto o perfil predominante da associação ECOTERRA quanto uma tendência observada em nível nacional. Em relação à formação e experiência profissional, observa-se que 33,3% são tecnólogos agrícolas, enquanto apenas 16,7% possuem alguma formação em agroecologia. Esses números revelam uma lacuna significativa na oferta e no acesso a cursos voltados para a agroecologia, evidenciando a importância de políticas e iniciativas que ampliem a qualificação técnica nessa área. Investir em formação adequada é um elemento estratégico para fortalecer a sucessão rural agroecológica, contribuindo para o engajamento das novas gerações na agricultura familiar com práticas sustentáveis.

Gráfico 04: Gráfico de informações de gênero.

Gênero:
6 respostas

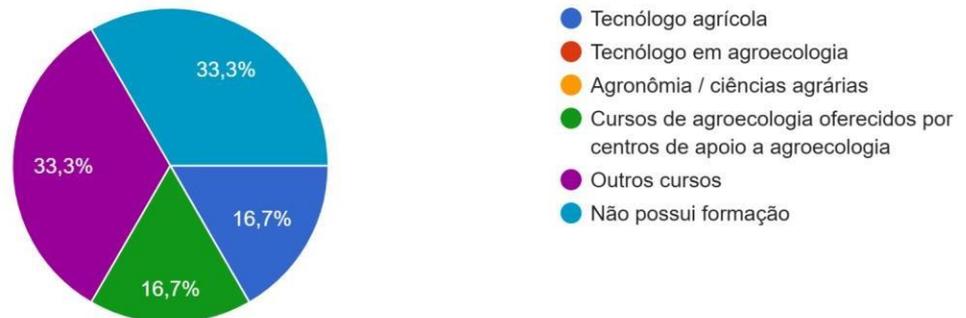


Fonte: Autor, 2025.

Gráfico 05: Formação e experiência profissional.

Você tem formação ou está inserido em centros de formação agroecológica?

6 respostas



Fonte: Autor, 2025.

5.3.1 Área de Produção das Unidades Familiares

Conforme apresentado na Figura 05, a área total das unidades de produção dos participantes variou entre 3 e 30 hectares, com uma média aproximada de 19,8 hectares. A área destinada à produção orgânica foi, em média, de 12,5 hectares. Entre as respostas, duas propriedades possuem toda a área para produção orgânica, sem presença de práticas convencionais. Outras duas propriedades informaram coexistência de sistemas, com parte da área destinada a pastagens, reservas ou cultivos convencionais como grãos, caracterizando a chamada “produção paralela”, prevista na legislação brasileira de agricultura orgânica. No geral, observou-se uma tendência de priorização da agroecologia nas unidades, ainda que em alguns casos a produção convencional esteja presente de forma complementar.

Figura 05. Tabela com dados da área dos entrevistados.

| Resposta | Área total (ha) | Área orgânica (ha) | Produção convencional? |
|----------|-----------------|--------------------|--------------------------|
| 1 | 17 | 5 | Sim (pastagem e reserva) |
| 2 | 30 | 3 | Sim (milho) |
| 3 | 9 | 4 | Não informado |
| 4 | 30 | 30 | Não |
| 5 | 30 | 30 | Não |
| 6 | 3 | 3 | Não informado |

Fonte: Autor, 2025.

5.3.2 Composição Familiar nas Unidades de Produção

Em relação à composição familiar, as unidades de produção apresentaram diferentes configurações familiares. A maioria das respostas indicou que a residência é composta por três ou quatro pessoas, com a presença de pais, filhos, e em alguns casos, enteados. Em uma das respostas, a unidade é composta por duas pessoas, e o responsável mencionou ter três irmãos que saíram para trabalhar fora.

Foi relatado que alguns membros das famílias, como filhos e irmãos, deixaram a unidade rural para buscar oportunidades de estudo ou trabalho em outras localidades. Um dos participantes mencionou que sua enteada está cursando o ensino técnico em Agricultura no Instituto Federal do Sertão, demonstrando o interesse de parte dos jovens em se qualificar na área agrícola. Outro entrevistado relatou que seu irmão, que possui deficiência, continua residindo na propriedade, juntamente com os pais, que são os membros mais velhos da família, com 65 e 64 anos de idade, respectivamente.

De modo geral, observa-se que as famílias tendem a ser pequenas e apresentam um padrão recorrente de migração dos filhos e irmãos, principalmente motivada pela busca por educação

formal e inserção no mercado de trabalho. Esse movimento pode representar um desafio para a sucessão familiar na agricultura, especialmente quando os jovens não retornam ou não demonstram interesse em dar continuidade às atividades agroecológicas da unidade.

5.3.3 Motivações para a Opção pela Sucessão Familiar na Agricultura Agroecológica

Os principais motivos apontados pelos participantes para optar pela sucessão familiar na agricultura agroecológica estão relacionados a diversos fatores econômicos, sociais e ambientais. A busca por preços mais competitivos e a oferta de produtos mais saudáveis foram destacadas como motivadores importantes. Além disso, a decisão de fugir da agricultura convencional e adotar práticas que se alinham melhor com a realidade das pequenas propriedades foi mencionada como uma estratégia para garantir valores financeiros mais elevados e agregar maior valor aos produtos.

Outros participantes destacaram a consciência ambiental e social, mencionando a importância de adotar práticas agrícolas sustentáveis. A melhor qualidade de vida e a perspectiva financeira mais favorável também foram citadas como motivos significativos para a escolha da agroecologia. A opção por uma forma diferente de trabalhar com o meio ambiente, com baixo custo de investimento inicial e a possibilidade de planejamento de renda, foi mencionada como uma alternativa vantajosa em comparação com sistemas convencionais. Houve também quem relatou o desejo de preservar a herança familiar, mantendo a continuidade do cuidado com as terras que pertenciam aos avós.

5.3.4 Dificuldades e Resistências na Sucessão Agroecológica

Ao questionar sobre as dificuldades e resistências enfrentadas na sucessão agroecológica, as respostas revelaram tanto barreiras internas quanto externas ao contexto familiar. Entre as resistências internas, foi mencionada dificuldade de aceitação por parte de familiares, sendo mencionada por mais de um participante. Em um caso, foi relatado que a resistência veio

principalmente de familiares mais próximos, que inicialmente não estavam convencidos com a escolha da agroecologia, o que gera dificuldade no processo de sucessão rural.

Por outro lado, as dificuldades técnicas foram amplamente citadas, principalmente no que diz respeito ao manejo de pragas e doenças, e à falta de tecnologias e equipamentos adequados para a agricultura familiar. Esses desafios aparecem em várias respostas, sugerindo que, embora a prática agroecológica seja uma escolha consciente, a disponibilidade de recursos para viabilizar as práticas ainda é limitada.

Outro ponto comum nas respostas foi a dificuldade de aceitação externa, principalmente no que se refere a vizinhos e à comunidade local, que muitas vezes não acreditam na viabilidade da agroecologia, considerando-a como uma alternativa inviável. A resistência por parte da comunidade externa à propriedade foi uma preocupação mencionada por dois participantes, que enfrentaram preconceitos por serem produtores orgânicos em uma região onde predominam práticas convencionais.

5.3.5 Contribuições da Associação ECOTERRA na Decisão de Continuar na Agricultura Familiar Agroecológica

As respostas indicam que a Associação ECOTERRA teve um papel importantíssimo no processo de decisão de continuar com a agricultura familiar agroecológica, sendo um fator facilitador para a permanência no campo. A assistência técnica fornecida pela ECOTERRA, em parceria com o CETAP, foi amplamente mencionada, com diversos participantes destacando a boa qualidade do apoio técnico como um fator essencial para a continuidade e o fortalecimento das práticas agroecológicas.

Outro ponto destacado em várias respostas foi a garantia de comercialização de produtos. A associação oferece preços mínimos, programação de preços antes do plantio e a garantia dos pagamentos, o que proporciona segurança financeira aos produtores. Isso é especialmente importante, pois permite um planejamento financeiro mais eficaz e reduz os riscos associados à comercialização de produtos orgânicos.

A organização da ECOTERRA⁸ também foi apontada como um aspecto positivo, sendo citada em várias respostas. A associação facilita a organização das demandas, coleta e logística, e se responsabiliza pela venda dos produtos, proporcionando aos agricultores a tranquilidade de saber que toda a produção será absorvida. Além disso, alguns participantes mencionaram que a perspectiva de um futuro melhor e com renda garantida foi um fator decisivo para continuar no movimento agroecológico.

5.3.6 Perspectivas sobre o Futuro da Sucessão Agroecológica na Família

As respostas indicam uma visão mista sobre o futuro da sucessão agroecológica nas famílias, mas com uma tendência geral de otimismo e continuidade. Alguns participantes expressaram incertezas sobre o futuro, mencionando que não sabem como a sucessão se desenvolverá. No entanto, a maioria acredita que a sucessão agroecológica continuará nas próximas gerações, com uma expectativa de que os filhos devam continuar o trabalho iniciado. A valorização dos agricultores ao longo do tempo também foi citada por alguns, indicando que, com o passar dos anos, a agroecologia será cada vez mais reconhecida, e os jovens terão mais incentivos para seguir com a produção sustentável.

Uma das respostas se destaca, na qual o participante mencionou ter três filhos e enfatizou que deseja proporcionar todas as condições necessárias para que eles permaneçam no interior e sigam com a produção orgânica. Esse depoimento reflete uma forte intenção de garantir que as futuras gerações da família possam dar continuidade ao trabalho agroecológico iniciado, destacando a importância de fornecer suporte e infraestrutura para que os filhos possam viver e trabalhar no campo com agroecologia. Outros participantes expressaram a crença de que a agroecologia se tornará cada vez mais valorizada ao longo do tempo, criando condições favoráveis para que a sucessão agroecológica continue nas próximas gerações. No entanto,

⁸ A maioria das famílias do Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia é composta por agricultores certificados por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), com apenas uma família certificada por auditoria externa. Aproximadamente 80% dessas famílias estão organizadas na dinâmica de produção voltada ao circuito de comercialização de alimentos agroecológicos, o que evidencia o fortalecimento das redes locais de abastecimento e da economia solidária. A maior parte dessas famílias é assessorada pelo CETAP, sendo que apenas cerca de três recebem acompanhamento de outras organizações. Esses dados reforçam a importância do trabalho em rede, articulando ECOTERRA, CETAP e Rede Ecovida na consolidação da agroecologia no território (Entrevista com a Coordenação do Núcleo Alto Uruguai da Rede Ecovida de Agroecologia, 2025).

também houve quem expressou certa incerteza sobre como o futuro da sucessão se desenvolverá.

5.3.7 Indicativos Sobre a Produção de Alimentos Orgânicos como Oportunidade de Realização Pessoal e Financeira

As respostas indicam um forte otimismo em relação à produção de alimentos orgânicos como uma opção promissora, tanto do ponto de vista financeiro quanto de realização pessoal. Muitos participantes destacaram que a produção orgânica representa uma alternativa diferenciada, especialmente para pequenas propriedades, proporcionando garantia de renda e sendo cada vez mais atraente para os jovens devido ao crescimento do mercado de alimentos orgânicos nos últimos anos. A conexão com a terra, a promoção da saúde e a contribuição positiva para o meio ambiente foram citados como fatores que trazem realização e orgulho ao trabalho com alimentos orgânicos.

No entanto, também foram mencionados alguns desafios, como a falta de apoio governamental e o preconceito em relação ao trabalho braçal envolvido na agricultura orgânica. Apesar dessas dificuldades, a maioria considera a produção orgânica como uma oportunidade promissora, especialmente para os jovens que buscam alternativas sustentáveis e financeiramente viáveis no campo.

As respostas demonstraram uma clara vontade de inovação no sistema produtivo, com foco em tecnologia e sustentabilidade. Diversos participantes mencionaram a intenção de expandir a área de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade. Alguns destacaram o interesse em implementar soluções como irrigação e agrofloresta como formas de otimizar a produção e tornar o manejo mais eficiente. A utilização de tecnologias aliadas à agricultura e a mecanização foram mencionadas como formas de facilitar a mão de obra, cada vez mais difícil de ser encontrada, além de proporcionar crescimento contínuo da propriedade.

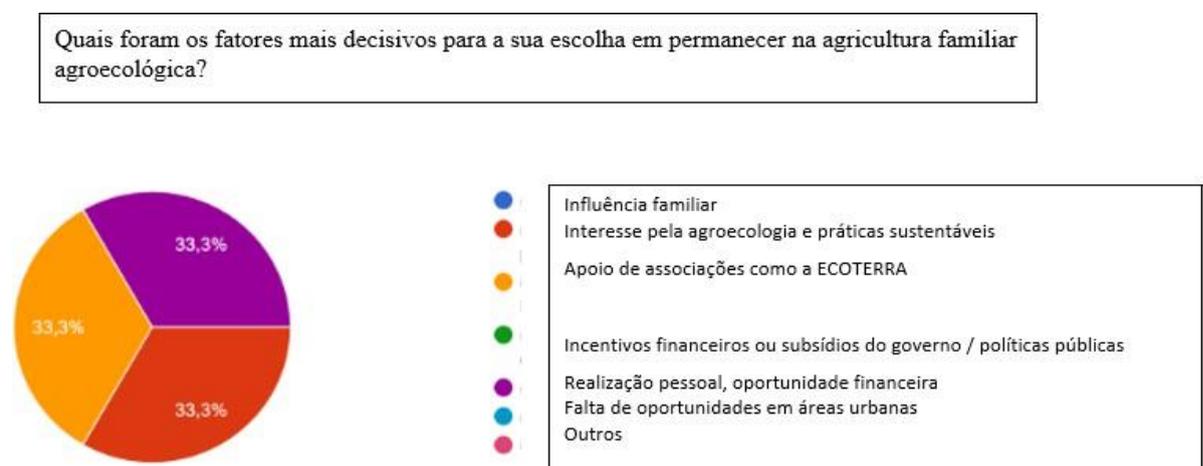
Outros participantes indicaram a necessidade de atualização constante, com ênfase em tarefas que envolvem maior uso de tecnologia, como cobertura de solo e curvas de nível, que ainda não foram implementadas em algumas propriedades, mas são vistas como necessárias para o desenvolvimento do sistema produtivo agroecológico.

5.3.8 Fator Decisivo Para a Sua Escolha em Permanecer na Agricultura Familiar Agroecológica

A seguir, no Gráfico 07, são apresentados os fatores considerados mais decisivos pelos jovens para a permanência na agricultura familiar agroecológica. As respostas múltiplas revelam uma diversidade de motivações, demonstrando que a decisão de permanecer no campo não depende de um único elemento, mas de um conjunto de fatores interligados. Entre os aspectos mais mencionados, destacam-se o interesse pela agroecologia, o apoio oferecido por associações como a ECOTERRA e a busca por realização pessoal no meio rural.

Esses resultados indicam que, para os jovens, a permanência na agricultura está diretamente associada à valorização de práticas sustentáveis, ao fortalecimento de redes de apoio e à possibilidade de construir um projeto de vida alinhado com seus valores. Tais elementos reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas comunitárias que promovam o pertencimento, a autonomia e a viabilidade econômica da agricultura familiar agroecológica como caminho para frear o êxodo rural e estimular a sucessão familiar.

Gráfico 06: Fatores decisivos para permanência na agroecologia.



Fonte: Autor, 2025.

5.3.9 Sugestões para Fortalecer a Agroecologia e Incentivar a Sucessão na Agricultura Familiar

As questões apresentadas pelos participantes se concentram principalmente na necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para a agroecologia, com destaque para a criação de incentivos governamentais que atraiam jovens para o campo, como a compra de terras e cursos de formação. A valorização do trabalho no campo também foi citada como fundamental para garantir a continuidade da sucessão familiar.

Outro ponto frequentemente mencionado foi a necessidade de visibilidade para a agroecologia, sugerindo ações como campanhas de marketing nas mídias nacionais para mostrar as vantagens da produção orgânica. A importância da capacitação de jovens e a introdução de tecnologias no processo produtivo também foram vistas como essenciais para tornar a agricultura familiar agroecológica mais sustentável e atrativa para as novas gerações. Essas sugestões apontam para um movimento coletivo que visa a criação de um ambiente mais seguro, inclusivo e viável financeiramente para os jovens, promovendo uma transição eficaz para a agroecologia e garantindo sua continuidade na agricultura familiar.

5.4 Perspectiva da assessoria técnica do CETAP

Como parte da pesquisa, foi analisado um áudio fornecido contendo o relato de um assessor técnico do CETAP sobre avanços na infraestrutura da rede agroecológica ECOTERRA. O técnico destacou o já mencionado projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil, que destinou R\$3,8 milhões para melhorias estruturais. Embora gerenciado pela ECOTERRA, o recurso foi distribuído entre dez estações de comercialização agroecológica em todo o país.

A ECOTERRA funciona como coordenadora do processo, responsável pela elaboração do projeto, gestão financeira e prestação de contas. Um dos pontos centrais da rede está localizado em São Paulo (SP), onde ocorre a distribuição em maior escala da produção agroecológica, aproveitando a proximidade com o maior centro populacional da América Latina.

Os recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos que melhoram tanto a produção quanto a comercialização. Um exemplo significativo foi a compra de uma colheitadeira de pequeno porte e de uma selecionadora de grãos a *laser* (modelo Celetron), conforme figura 0 logo abaixo. Permitindo maior autonomia e eficiência. Essas máquinas não apenas otimizam a colheita e seleção de grãos, mas também contribuem para a redução da penosidade do trabalho agrícola, incentivando a permanência dos jovens no campo.

Figura 06. Maquinários e equipamentos adquiridos.



Fonte: ECOTERRA, 2025.

Ainda como parte do material analisado por meio de áudio fornecido, o assessor técnico relata sobre o evento que recentemente ocorreu a formalização da entrega dos maquinários adquiridos com o recurso da Fundação Banco do Brasil. O evento contou com a presença de

representantes políticos⁹, prefeituras, integrantes das estações beneficiadas e o próprio Banco do Brasil. Durante o encontro, a temática da sucessão rural e da permanência dos jovens no campo foi bastante debatida.

O caso da ECOTERRA foi citado como exemplo positivo: a organização, com mais de 20 anos de existência, está vivenciando um processo de sucessão familiar. Os filhos do casal fundador, já estão atuando ativamente na gestão e nas atividades da cooperativa. Situações semelhantes estão ocorrendo em outras estações, como em São José do Cerrito (SC), Vacaria (RS) e em São Marcos (RS), onde jovens vêm assumindo funções tanto na produção quanto na comercialização agroecológica.

O assessor técnico enfatiza que, ao oferecer infraestrutura adequada e reduzir a penosidade do trabalho, cria-se um ambiente propício para que os jovens reconsiderem a saída do campo. Além da maior segurança, da produção de alimentos próprios e da convivência familiar, a possibilidade de gerar renda de forma digna é apontada como elemento essencial para a permanência no meio rural. Assim, os investimentos realizados, especialmente em equipamentos modernos, vêm gerando impactos concretos e animação na revitalização da agricultura familiar e na retomada do protagonismo juvenil no campo. Com a vinda dos maquinários já foi percebido a significância do interesse e aumento de área de produção de alimentos protagonizada pela juventude.

Em um trecho do áudio analisado, o assessor técnico chama atenção para um fator central que impacta diretamente a permanência da juventude no campo: a influência de estruturas culturais conservadoras, especialmente em contextos marcados pelo patriarcado. Segundo ele, em diversas propriedades acompanhadas pelo CETAP, ainda predominam dinâmicas familiares em que o homem mais velho concentra o poder, toma todas as decisões e detém o controle sobre os recursos financeiros. Essa configuração hierárquica impõe barreiras significativas à autonomia dos jovens e das mulheres no meio rural.

O técnico ressalta que esse cenário de machismo estrutural não apenas desestimula os jovens a permanecerem no campo, como também compromete a qualidade de vida das mulheres da família, que muitas vezes não têm acesso à renda própria nem liberdade para tomar decisões cotidianas. Além disso, foram mencionados casos de jovens LGBTQIA+ que enfrentam

⁹ O apoio político através de emendas parlamentares envolveu representantes como o deputado federal Elvino Bohn Gass PT-RS, o deputado federal Alexandre Lindenmeyer PT-RS, o deputado estadual Pepe Vargas PT-RS atual presidente da assembleia legislativa do RS.

opressão dentro das próprias unidades familiares, o que se torna um fator relevante para seu afastamento do meio rural. Esse conjunto de desigualdades evidencia a necessidade urgente de promover transformações nas relações de poder dentro das famílias rurais, por meio de ações formativas, políticas públicas inclusivas e apoio institucional, visando a construção de um ambiente mais justo, democrático e acolhedor para as novas gerações.

Esse cenário de machismo estrutural impacta diretamente a qualidade de vida das mulheres da família, que muitas vezes não têm acesso a renda própria ou liberdade para decisões cotidianas. Além disso, há casos de jovens LGBTQIA+ que enfrentam opressões dentro da própria unidade familiar, fator que também contribui para o êxodo dos jovens. Ainda que se trate de uma questão cultural complexa e difícil de enfrentar, o técnico reforça a importância de reconhecer sua existência. Para ele, apenas o fato de identificar e discutir essas barreiras já representa um avanço significativo para repensar o futuro da sucessão rural e da permanência das juventudes no campo.

Outro ponto abordado é a resistência dos mais velhos à mudança do modelo produtivo. Em várias famílias, o pai segue focado em sistemas convencionais baseados no uso intensivo de agrotóxicos e monoculturas, como soja e milho. Muitos jovens, no entanto, demonstram interesse crescente pela agroecologia e produção orgânica, mas encontram dificuldade em ter voz e espaço para implementar novas práticas. A centralização das decisões nas mãos do pai, além de restringir a autonomia, impede que o jovem se envolva com uma agricultura mais sustentável, o que também leva ao desânimo e à busca por novos caminhos fora do meio rural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação ECOTERRA enfrenta um desafio significativo para a sucessão rural agroecológica, refletido no envelhecimento dos associados (idade média entre 50 e 58 anos), na ausência de registros claros sobre a presença e o envolvimento dos jovens nas propriedades. Apesar disso, a forte estrutura familiar (média de 3,1 pessoas por unidade produtiva) e o envolvimento dos familiares nas atividades agrícolas indicam uma base importante para a continuidade da produção agroecológica, desde que sejam desenvolvidas estratégias mais atentas à inclusão de jovens e mulheres no processo sucessório.

A principal conclusão é que a sucessão agroecológica na agricultura familiar depende de um esforço coletivo envolvendo associações como a ECOTERRA, organizações de apoio (como CETAP e Rede Ecovida) e o poder público. A entrevista com a gestão da ECOTERRA mostra que, embora existam boas iniciativas de apoio aos agricultores (como garantias de preço, mercado e coleta da produção, aquisição de máquinas), os desafios são grandes, principalmente devido à falta de políticas públicas estáveis, à complexidade burocrática da certificação orgânica e às dificuldades de atrair e manter jovens na agricultura. A permanência das novas gerações no campo exige mais incentivos, capacitação técnica, valorização do trabalho agrícola e redução dos entraves burocráticos.

A pesquisa realizada com jovens agricultores da Associação ECOTERRA evidenciou que a sucessão familiar na agricultura agroecológica é influenciada por múltiplos fatores econômicos, sociais e ambientais. A maioria das unidades de produção apresentou áreas médias de 19,8 hectares, com forte tendência de priorização da produção orgânica. Observou-se que as famílias são compostas por pequenos núcleos, e a migração de jovens para estudos e trabalho é comum, embora ainda haja interesse na continuidade da atividade agrícola. Entre os principais motivos para a sucessão agroecológica, destacam-se a busca por práticas mais sustentáveis, a valorização dos produtos orgânicos e a perspectiva de melhor qualidade de vida e rentabilidade. A consciência ambiental, a herança familiar e a adaptação às realidades das pequenas propriedades também se mostraram relevantes.

De modo geral, os principais desafios apontados pelos jovens referem-se à falta de aceitação familiar e comunitária, bem como à carência de formação específica e de tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar. Esses fatores se mostram como os maiores

entraves à efetivação da sucessão agroecológica. Por outro lado, os dados também evidenciam que a presença de uma assistência técnica qualificada, a garantia de comercialização com preços previamente definidos e o apoio organizativo da associação foram elementos decisivos para que os produtores optassem por permanecer na atividade agroecológica. Tais fatores contribuem para criar um ambiente de maior segurança e confiança, essenciais para estimular a continuidade da agricultura pelas novas gerações. Assim, fica evidente que o fortalecimento de políticas públicas, da educação no campo e de redes de apoio institucional são estratégias fundamentais para viabilizar e consolidar a sucessão rural com base na agroecologia.

A pesquisa realizada com jovens evidenciou que a sucessão familiar na agricultura agroecológica é influenciada por diversos fatores econômicos, sociais e ambientais. As unidades produtivas, em sua maioria, priorizam práticas agroecológicas, ainda que algumas mantenham atividades convencionais de forma complementar. Observou-se que as famílias são compostas por núcleos pequenos, e a migração de jovens para estudo e trabalho é comum, embora permaneça o interesse na continuidade da produção rural. Além da atuação direta na produção agroecológica, é importante considerar as diferentes formas de inserção da juventude nas dinâmicas das associações. Muitos jovens ocupam funções como motoristas, assessores técnicos, trabalhadores da logística, apoio administrativo e na organização da produção. Essas funções, embora não envolvam o cultivo direto da terra, são fundamentais para o funcionamento da cadeia agroecológica e representam formas efetivas de participação e geração de renda no meio rural. Reconhecer essas inserções é essencial para ampliar a compreensão sobre os caminhos da permanência e valorização da juventude no campo.

Os principais motivos para a escolha pela sucessão agroecológica envolvem a busca por práticas sustentáveis, a valorização dos produtos orgânicos e a perspectiva de melhor qualidade de vida e rentabilidade. A preservação da herança familiar, a consciência ambiental e o alinhamento com as necessidades das pequenas propriedades foram aspectos fortemente destacados. Entre os desafios relatados, estão a resistência familiar e comunitária, as dificuldades técnicas no manejo agroecológico e a limitação de recursos e tecnologias adequadas. Apesar disso, a atuação da Associação ECOTERRA foi reconhecida como fundamental para a permanência no campo, oferecendo assistência técnica de qualidade, garantia de comercialização com preços justos e organização logística, proporcionando segurança financeira e confiança aos produtores.

As perspectivas futuras indicam otimismo quanto à continuidade da agroecologia nas próximas gerações, embora algumas incertezas ainda sejam apontadas. A produção de alimentos orgânicos é vista como uma oportunidade de realização pessoal e financeira, especialmente pela crescente demanda do mercado e pela contribuição positiva à saúde e ao meio ambiente. Os participantes também demonstraram forte interesse em promover inovações no sistema produtivo, como a implementação de tecnologias, irrigação e agroflorestas, buscando tornar a produção mais eficiente e sustentável. Por fim, sugeriram a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de apoio à agroecologia, maior visibilidade para o setor e incentivo à formação de jovens agricultores, fatores considerados essenciais para assegurar a sucessão e o futuro da agricultura familiar agroecológica.

A análise do relato do assessor técnico do CETAP revela que, embora os investimentos em infraestrutura e equipamentos modernos, como colheitadeiras e selecionadoras de grãos, estejam promovendo avanços significativos na produção agroecológica e fortalecendo o protagonismo juvenil, a permanência dos jovens no campo também depende de mudanças culturais profundas. A resistência ao modelo produtivo convencional e o machismo estrutural, que limita a autonomia dos jovens e das mulheres, continuam sendo barreiras significativas. O reconhecimento dessas questões culturais é fundamental para repensar a sucessão rural, criando um ambiente mais inclusivo e sustentável, capaz de incentivar a juventude a permanecer no campo e inovar nas práticas agrícolas.

Um dos aspectos mais importantes, na minha visão enquanto estudante e jovem filho de agricultores, com potencial de realizar a sucessão rural e retornar ao campo, é o avanço da mecanização voltada para a diversificação da produção aliado à expansão do Circuito de Comercialização de Alimentos da Rede Ecovida para cada vez mais regiões do Brasil. Para além das ideologias e princípios que fundamentam a agroecologia, acredito que a possibilidade de produzir alimento de verdade em maior escala, com o incentivo de garantia de compra, é um fator decisivo. A disseminação desse modelo de trabalho associativista, articulado em rede, não apenas fortalece a sucessão rural na agroecologia, mas também amplia significativamente a produção de alimentos saudáveis em todo o país.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **FAUSTO, B.; KUSCHNIR, K.** (Org.). *Brasil: 500 anos de povoamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro da agricultura familiar: inovação e sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

ALMEIDA, Maurício M. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no Brasil*. São Paulo: Editora XYZ, 2017.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2012.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecology: the science of sustainable agriculture*. Boulder: Westview Press, 1987.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). *Quem somos*. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/>. Acesso em: 8 out. 2024.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). *Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o PLANAPO 2024-2027*. Rio de Janeiro, 2024.

BARCELLOS, Sérgio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: o PRONAF Jovem em debate. *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, n. 48, jan./jun. 2017.

BORDULIS EDUARDO, Daiane. *A construção das territorialidades das jovens rurais egressas dos cursos de Agronomia e de Pedagogia da UFFS/Campus Erechim e o processo de sucessão na agricultura familiar*. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama de Três Arroios - RS*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tres-arroios/panorama>. Acesso em: 3 set. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: Agricultura Familiar*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO 2016-2019*. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>. Acesso em: 2 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/pronaf>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ambiente/programa-agricultura-de-baixo-carbono-abc>. Acesso em: 10 set. 2024.

CASTRO. Juventud, generación, y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político. *Revista Argentina de Sociología*, v. 11, p. 50-65, 2008.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. *Alimentos agroecológicos: aproximando pessoas e mudando atitudes*. 2020. Disponível em: https://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Revista-CETAP-IAF-2020_portugues.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES – CETAP. *ECOTERRA: um encontro saudável do rural com o urbano*. Disponível em:

<https://www.cetap.org.br/site/ecoterra-um-encontro-saudavel-do-rural-com-o-urbano/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CEPAGRO; CETAP; UBC et al. Relatório de Indicadores Agroecológicos 2023/2024: um panorama da agroecologia na América Latina. Florianópolis; Porto Fundo; Vancouver: CEPAGRO; CETAP; University of British Columbia, 2025. Disponível em:

<https://cepagro.org.br/wp-content/uploads/2025/04/relatorio-de-indicadoresjulho2023-junho2024.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CORADINI, Lucas. *Jovens e mulheres na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da reprodução social na agricultura familiar*. 2016. 124 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Faxinal do Soturno, 2016. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/150323>. Acesso em: 22 ago. 2024.

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO ALTO URUGUAI DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Informações sobre certificação, assessoria técnica e organização das famílias agricultoras. Informação verbal concedida a Leon Oliveira Teles em 23 jun. 2025.

CRYSTHIAN, Rhudy. De pai para filho. *Revista Campo*, v. 196, p. 21-25, out. 2011.

Disponível em: <http://sistemafaeg.com.br/images/revista-campo/pdfs/2011-10-outubro.pdf>.

Acesso em: 22 ago. 2024.

DAYRELL, Juarez. A construção social da juventude: representações, conflitos e políticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 85, p. 47–62, abr. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/qRzF9nYJ4jFtVFhq5MxqGSD/?lang=pt> Acesso em: 18 jun. 2025.

DAYRELL, Juarez. A juventude como sujeito social. In: *JUVENTUDE(S): outros olhares sobre a juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

EDUARDO, Marcio Freitas. *Estruturação e dinâmica territorial do Circuito Sul de comercialização e de circulação de produtos agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia: análises com base na trajetória e inserções da Ecoterra* (Relatório de Pós-doutorado em Geografia). Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

FACCIN, Olívio P.; SCHMIDT, Carmem E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Olivio%20Faccin.pdf. Acesso em: 2 set. 2024.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Family Farming Knowledge Platform. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/home/en/>

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *Transforming food and agriculture to achieve the SDGs: 20 interconnected actions to guide decision-makers*. Roma: FAO, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/en/c/I9900EN>. Acesso em: 10 set. 2024.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: CAB International, 1993.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. *Sucessão geracional na agricultura familiar: desafios, debates e evidências empíricas no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Segurança alimentar e o papel da agricultura familiar*. Brasília: FAO, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. A importância da formação de jovens agricultores para a agroecologia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 15, n. 2, p. 45-60, jul. 2023. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/72682/ecoterra-e-o-seu-impacto-na-vida-dos-agricultores-locais>. Acesso em: 2 mai. 2025.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. e 1. reimpr. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas; v. 1)

GUILHOTO, Joaquim José Martins et al. *A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados*. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon//media/livros/file_459.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos Demográficos e relatórios estatísticos dos anos 1990*.

JORNAL BOA VISTA. Encontro das Estações do Circuito de Alimentos Agroecológicos demonstra capacidade de produzir alimentos saudáveis com sustentabilidade. *Jornal Boa Vista*, Erechim, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://jornalboavista.com.br/encontro-das-estacoes-do-circuito-de-alimentos-agroecologicos-demonstra-capacidade-de-produzir-alimentos-saudaveis-com-sustentabilidade/>. Acesso em: 18 maio 2025.

LEIPPERT, F., DARMAUN, M., BERNOUX, M., & MPHESHEA, M. (2020). *The potential of agroecology to build climate-resilient livelihoods and food systems*. FAO & Biovision. Disponível em <https://doi.org/10.4060/cb0438en>

MAPCHART. *Mapa de municípios do Brasil*. Disponível em: <https://www.mapchart.net/brazil-municipalities.html>. Acesso em: 3 set. 2024.

MARTINS, Jéssica Maiara Rodrigues; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. *Programa Ecoforte e o fortalecimento das redes de agroecologia: demandas e possibilidades*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9066>. Acesso em: 25 set. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. *Juventude no campo: o futuro da agricultura familiar no Brasil*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/08/juventude-no-campo-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 2 set. 2024.

NUNES, Rita de Cássia; BOLLIG, Maria Fernanda. *O papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

PAIS, José Machado. Culturas juvenis. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 43–64.

PENTEADO CARDOSO, Fernando. A sucessão rural e a agricultura familiar. *Revista Brasileira de Agricultura Familiar*, v. 12, n. 1, p. 23-35, jan. 2021.

POLLNOW, G. E.; CALDAS, N. V. Agroecologia e sucessão geracional na agricultura: novas possibilidades para a juventude rural? *Estudios Rurales*, v. 11, n. 22, 2021. Universidade Nacional de Quilmes, Argentina. Disponível em: <http://portal.amelica.org/>. Acesso em: 2 set. 2024.

PRIMAVESI, Ana Maria. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: *44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*. Anais... 2006.

SANTOS, C. F. dos; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. de; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Agrária: Série Ciências Agrárias*, v. 7, n. 2, p. ..., 2012.

SCALCO, P. R.; SERVI, A. Obstáculos para a certificação da produção orgânica no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 2, p. 177-188, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2631/263139314012.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2025.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. *CONNEPI*, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Anderson José da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *Juventude no campo: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia*. Espaço em Revista, Catalão, v. 12, n. 1, 2012. DOI:10.5216/er.v12i1.17649

SPANVELLO, Rosani Marisa. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 236 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. *As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar*. 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/1001.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

VIEIRA, A. C. B.; RADOMSKY, G. F. W.; WIVES, D. G. As estratégias para permanecer no campo e os modos de vida de jovens no litoral norte do Rio Grande do Sul. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 1, n. 20, p. 17, 2017.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO JUNTO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA ASSOCIAÇÃO (ECOTERRA)**

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Informação de gênero: ()Feminino ()Masculino ()Prefere não dizer

4. Escolaridade: ()Fundamental () Médio () Graduando () Graduado ()Mestrado ()Doutorado 5. Ocupação/Cargo:

1. Qual o número total de associados vinculados à Ecoterra?

R: _____

2. A evolução do número de associados ao longo da trajetória da ECOTERRA, aumentou, se manteve ou diminuiu até a atualidade?

R: _____

3. O número de associados é predominantemente do gênero?

()Feminino ()Masculino

4. Qual a faixa etária dos associados à Ecoterra? Mencione de forma gradativa da maior ocorrência para a menor (1, 2, e 3). () 15 a 29 anos ()30 a 59 anos ()60 anos ou mais

5. Qual a média de pessoas que trabalham nas unidades de produção? 1 2 3 4 5 6+

6. Qual(is) o(s) principal(ais) produto(s) produzido(s) pelos agricultores da associação (qual o carro chefe)?

R: _____

Verificar as possibilidades de sucessão na agricultura familiar agroecológica junto aos agricultores atualmente vinculados à ECOTERRA.

1. Como a associação enxerga a possibilidade dos produtores passarem suas atividades agrícolas para a próxima geração? Muito provável Provável Improvável Não sei

2. Quais são os principais desafios que a associação percebe na sucessão da atividade agroecológica para as próximas gerações?

R: _____

3. Os filhos ou jovens entre os associados têm interesse em continuar trabalhando na agricultura familiar?

É notório que sim É notório que não Ainda não sabem

4. Na sua opinião, quais incentivos seriam necessários para que mais jovens permanecessem no campo?

R: _____

Caracterizar como a associação tem atuado diante da realidade da composição etária e das questões sucessórias na agroecologia regionalmente (na produção e na organização associativista).

1. Como você avalia o apoio da ECOTERRA em relação à sucessão rural familiar?

Muito bom Bom Regular Ruim

2. Que ações a ECOTERRA tem promovido para facilitar/incentivar a sucessão nas propriedades agroecológicas?

R: _____

3. De que forma a ECOTERRA tem ajudado a incluir/integrar os jovens na produção agroecológica e na organização da associação?

R: _____

4. Quais são as faixas etárias predominantes nas reuniões e atividades da ECOTERRA?

Menos de 25 anos 25 a 40 anos 40 a 60 anos Mais de 60 anos

5. Como você enxerga a sucessão dentro da organização associativista?

R: _____

Apontar possibilidades e desafios referentes à sucessão na agricultura familiar agroecológica com base na realidade atual da ECOTERRA.

1. Na sua opinião, quais são as principais oportunidades para que os jovens permaneçam na agricultura familiar e se envolvam com a agroecologia?

R: _____

2. Que fatores você identifica como principais desafios para a sucessão na agricultura familiar agroecológica? Falta de interesse dos jovens Condições financeiras Falta de apoio técnico Outros (especificar) 3. Que tipos de políticas públicas você acredita que poderiam incentivar a sucessão familiar nas propriedades agroecológicas?

R: _____

APÊNDICE B

Link para o formulário online:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdgO2PV3Smnjr7Pa48g8PpNspc7qTkd9ajdDfn1SgTviZsGQw/viewform?usp=header>